

Departamento de Antropologia

Comer Papéis:

a experiência de asilo e migração de uma família Tamil em Lisboa

Umme Salma

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Antropologia

Especialidade em Globalização, Migrações e Multiculturalismo

Orientador:

Doutor José Mapril, Professor auxiliar convidado na FCSH-UNL

Investigador integrado no CRIA - IUL

Outubro, 2010

Departamento de Antropologia

Comer Papéis:

a experiência de asilo e migração de uma família Tamil em Lisboa

Umme Salma

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Antropologia

Especialidade em Globalização, Migrações e Multiculturalismo

Orientador:

Doutor José Mapril, Professor auxiliar convidado na FCSH-UNL

Investigador integrado no CRIA - IUL

Outubro, 2010

RESUMO

Ao longo desta dissertação procurámos ilustrar, a experiência de asilo e de migração de uma família Tamil em Lisboa. Tentámos, ao mesmo tempo, expor etnograficamente o relacionamento deste casal com outros indivíduos da mesma origem geográfica. Pudemos então constatar a existência de um grupo pequeno (em termos numéricos) e recente, onde se constituíam redes solidárias importantes: é através delas que mais facilmente se encontra casa e/ou trabalho, para além da possibilidade de falar a mesma língua e forjar um ambiente mais familiar, alargando desse modo os contactos dentro da rede. Esta dissertação é, também, um exercício de compreensão sobre os processos de (re)construção das sociabilidades em contexto de mobilidade. Desta forma, centrando-nos num tipo de migração muito especial - a dos requerentes de asilo, avaliamos essa experiência não descurando, no entanto, a existência de uma relação dialéctica entre requerentes de asilo e outros migrantes.

Palavras-chave: Asilo, Migrações, Tamil, Sri Lanka

ABSTRACT

Throughout this dissertation we sought to illustrate the experience of asylum and migration of a Tamil family in Lisbon. We tried at the same time to expose ethnographically, the relationship of this couple with other individuals arising from the same geographical origin. We might establish then the existence of a small group (in numerical terms), newly formed, where important solidarity networks were constituted. Beyond the possibility of speaking the same language and forging a more familiar environment, thus widening contacts within the network, it is through these networks that house and /or work is more easily found. This dissertation is also an exercise in the understanding / comprehension on the processes of (re)construction of sociability, in a context of mobility. Thus, focusing on a very special type of migration - the asylum seekers -, we evaluate this experience not neglecting, however, the existence of a dialectical relationship between asylum seekers and other migrants.

Keywords: Asylum, Migration, Tamil, Sri Lanka.

Agradecimentos

À Sita, Rama, Kusha, Meenakshi, Arular, Maya, Srinivas e Krishnan, sem os quais esta dissertação não teria sido possível. Obrigada pela generosa partilha, hospitalidade e sobretudo paciência.

No trabalho académico, pela motivação, pelo ânimo, pelas críticas e sugestões, ao orientador desta tese, Doutor José Mapril.

Também à Dra. Cristina Santinho pela partilha e pela possibilidade de participar no projecto por ela coordenado, «Estudo sobre a saúde dos refugiados numa perspectiva de vulnerabilidade». Sem o qual não teria sido possível a aproximação aos meus interlocutores.

Ao Ivo, amigo que me aturou e ajudou nestes últimos meses.

Dedico esta tese à minha família: Ruben e vovô em Lisboa; Gina, Dioni e Abuelita em Gijón; mummy, papa e Alia em Bruxelas e Hina em Bangalore. Agradeço-vos profundamente tudo.

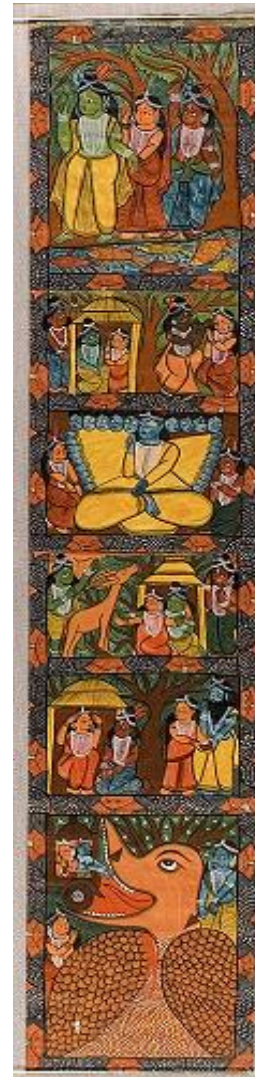
ÍNDICE

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 1 |
| 1.1. Refugiados e migrantes: Enquadramento Teórico..... | 3 |
| 1.2. Metodologia | 10 |
| 1.3. Estrutura da tese | 12 |
| 2. Experiência anterior à migração; viagem e chegada a Portugal. | 14 |
| 2.1. Deslocalizações Iniciais: Sri Lanka, Índia, Sri Lanka | 15 |
| 2.2. Organizando a viagem e o medo da partida | 22 |
| 2.2.1. Europa imaginada | 24 |
| 2.2.2. Atravessando fronteiras. A viagem de Sita | 30 |
| 3. Chegada a Portugal. relação com as instituições. | 32 |
| 3.1. Aeroporto de Lisboa | 33 |
| 3.2. CPR / CAR..... | 35 |
| 3.3. Santa Casa da Misericórdia..... | 40 |
| 4. Vida em Portugal. formação de redes dentro e fora do CAR. | 43 |
| 4.1. Redes | 43 |
| 4.1.1. Dentro do CAR..... | 44 |
| 4.1.2. Fora do CAR..... | 47 |
| 4.2. Acesso a casa e trabalho | 50 |
| 4.3. Ligações transnacionais | 56 |
| 4.3.1. Diáspora / Novas tecnologias | 56 |
| 4.3.2. Teoria das migrações / remessas..... | 59 |
| 5. Conclusão | 63 |
| 6. Bibliografia | 67 |

1. INTRODUÇÃO

No *Ramayana* é narrada a lenda do exílio de 14 anos do príncipe Rama, expulso da corte do seu pai a mando da rainha favorita deste, Kaikeyi, que tenta assim assegurar a herança do seu filho ordenando a saída de Rama (filho mais velho e preferido) da corte. Sita decide acompanhar o seu amado marido, embora os bosques fossem perigosos e provavelmente potenciadores de encontros com demónios e espíritos malignos. O rei demónio Ravana, ao ouvir falar da beleza de Sita e, incentivado pela sua rancorosa irmã, decide raptá-la, levando-a para Lanka. Envia um veado dourado para distrair Rama, que tenta impressionar Sita tentando caçar algum veado no bosque. É durante essa ausência que Ravana rapta Sita e leva-a para Lanka.

Com a ajuda do príncipe macaco Hanuman, Rama descobre o local onde Sita se encontra e com o auxílio do exército de macacos prepara o seu salvamento, construindo uma ponte que liga o sul da Índia ao Sri Lanka, em direcção à batalha final...



Título da pintura¹: *Sita/Ramayana*; Artista: Swarna Chitrakar; Medidas: 283 X 56 cm

¹ Retirada do catálogo da exposição *Pinturas cantadas: arte e performance das mulheres de Naya*, que mostra as obras realizadas pelas mulheres das comunidades Patua do Estado de Bengala na Índia. Estas mulheres cantam as histórias que pintam em extensas tiras de papel. Canção: “Ram casou de acordo com todos os rituais. Teve de ir à floresta para honrar a promessa de seu pai. Ram partiu, seguido de Janaki. Lakshman, o arqueiro, seguia atrás dela. /Sob o calor do Sol e com a areia quente debaixo dos pés, Sita, a mulher deliciada, não conseguia andar. Lakshman partiu um ramo grosso e aconselhou-a a caminhar devagar com a ajuda do ramo. /Chegaram à floresta de Panchabati onde Lakshman construiu uma cabana com folhas. Aí, Ram e Sita jogaram um jogo de dados, guardados por Lakshman. Shurpanakha viera colher flores. Lakshman cortou-lhe o nariz. Ela foi ter com Ravana, o irmão, com o nariz na mão e desfaleceu a seus pés. /O astuto Ravana, ao ver o estado deplorável da irmã, perdeu a calma e teve um acesso de cólera. /Mandou chamar Marich e ordenou-lhe que fosse a Panchabati onde se encontravam os três. Ele devia chamar Lakshman com o tom de voz de Ram, quando Ram fosse apanhá-lo. /Ouvindo o pedido, Marich transformou-se num veado mágico e foi dançar à frente da cabana. Chandramukhi pediu a Ram que lhe fosse buscar aquele lindo veado para a fazer feliz. /Ram, incapaz de recusar o seu pedido, foi apanhar o veado. /Enquanto corria atrás do veado, este quase voou. /O veado mágico começou a gritar

Esta dissertação é sobre um casal de requerentes de asilo provenientes do Sri Lanka. Assumindo a responsabilidade de proteger os meus “informantes” da interferência externa e ciente da possibilidade de ocorrerem situações nefastas através de uma suposta exposição, em vez de usar os seus nomes verdadeiros proponho usar Rama e Sita. Tal como na epopeia Ramayana, também aqui se descreve uma *viagem*.

O que pretendo é propor uma reflexão sobre a experiência deste casal através da narração do seu percurso migratório. Através do uso de observação participante, algumas entrevistas formais e conversas informais, o objectivo desta tese é o de tentar perceber os processos pelos quais esta família teve que passar desde o momento de saída do seu país até chegar ao país de acolhimento: sendo que nem o país de saída é o *seu país* nem o país de chegada é o *sonhado*.

O interesse por esta temática resulta da verificação da existência em Lisboa de uma pequena rede de pessoas com origem no Sri Lanka, na sua maioria requerentes de asilo (mas também migrantes económicos) tameses e cingaleses². O conhecimento dos meus interlocutores desenvolveu-se no âmbito do projecto «Estudo sobre a saúde dos refugiados numa perspectiva de vulnerabilidade»³. Este estudo pretendeu aprofundar as questões relacionadas com a saúde física e mental dos refugiados e requerentes de asilo em Portugal, em particular os aspectos resultantes do sofrimento inerente à condição de refugiado, através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. O público-alvo a quem se dirigiu o projecto foi constituído preferencialmente por todos os requerentes de asilo e refugiados residentes no CAR. Mas por se ter considerado que entre todos os requerentes de asilo existem alguns que configuram uma maior vulnerabilidade, o projecto foi desenvolvido incidindo especificamente em três categorias: Condicionantes

com a voz de Ram: “Ó, estão a matar-me. Vem, Lakshman, meu irmão!” /Sita ouviu os gritos. /”onde estás irmão Lakshman? Leva este *pan* e vai procurar o teu irmão mais velho.””Mas o meu irmão pediu-me para te guardar, minha querida. Porque me pedes para partir?” /”Sei porque não queres ir. Se Ram morrer, serás meu marido.” Lakshman pôs ambas as mãos nos ouvidos. “/Que vergonha, Sita, tu és a minha mãe Sumitra, Ram é meu pai.”

²A maioria da população do Sri Lanka é constituída por budistas que falam o cingalês, sendo os tamil o maior grupo minoritário do país. Os tamil representam cerca de 18% da população, sendo na maioria hindus. Uma colónia britânica desde os finais do século XIX, a independência do Sri Lanka ocorreu em 1948, tendo-se mantido no entanto, alguns aspectos de ordem colonial como, por exemplo, o uso da língua inglesa como língua oficial. No final da década de 50, houve a tentativa de fazer com que o cingalês passasse a ser a única língua oficial do país. Os tamil reagiram, exigindo um estado próprio, e marcando assim o início do conflito entre populações tamil e cingalesas. Em Tambiah (1986) podemos encontrar a descrição deste conflito, desde a sua origem histórica até às demonstrações das reacções do governo à crise, ameaçando as instituições democráticas.

³ Para mais informações sobre o estudo ver o Relatório do mesmo (ASSOCIAÇÃO Grupo Imigração e Saúde, 2009).

da saúde das mulheres refugiadas; Condicionantes de saúde de menores e menores não acompanhados; Condicionantes da saúde dos “Reinstalados”.

Através dos conhecimentos estabelecidos no âmbito do projecto, verifiquei a existência de uma rede como estrutura identitária que pressupõe uma identificação, entre um grupo de pessoas: uns requerentes de asilo, outros migrantes económicos; uns de origem tAMIL, outros cingaleses, que acabam por se encontrar em Lisboa.

1.1. REFUGIADOS E MIGRANTES: ENQUADRAMENTO TEÓRICO

As protecções das fronteiras têm sido, principalmente na última década, um assunto que tem requerido uma atenção especial por parte dos Estados-Nação, tendo sido desenvolvida uma harmonização das políticas de migração e das políticas de asilo comum. Tratados como a Convenção de Dublin (1990), o Tratado de Amesterdão e da Comissão Europeia (em Tampere) ou mesmo a Política Comum de Asilo (2000) são apenas alguns dos exemplos que permitiram unir esforços em direcção ao cumprimento do objectivo de ser criada uma fronteira comum. Se a Convenção de Dublin pretendia determinar o país responsável pelo processamento de determinado pedido de asilo o que acabava por acontecer era a tentativa de um país europeu devolver os requerentes a outros países europeus. Na verdade, o que estava em causa era a negação de responsabilidades no que concerne a tomada de decisões sobre os pedidos de asilo. Durante o Tratado de Amesterdão (1999) as questões relativas ao *controlo* de fronteiras foram estrategicamente reconceptualizadas como domínio de *protecção* de fronteiras. Cada vez mais, no âmbito das questões sobre política e segurança, as migrações e as políticas de asilo tornam-se decisões a ser tomadas colectivamente. De modo a “proteger” as fronteiras pretende-se conter os fluxos migratórios, como é verificável na criação da ideia de “fortaleza Europa” (King et al. 2000).

O problema dos refugiados⁴ põe-se como uma questão premente: as leis transnacionais colocam os interesses dos Estados sobre os interesses dos indivíduos, colocando a linguagem dos Direitos Humanos contida na Convenção de 1951 de forma limitativa e

⁴ No âmbito da produção científica em torno da temática sobre refugiados, até à década de Oitenta do século passado, eram as questões de ordem legal que dominavam este campo de estudo. É justamente por aí que se pode datar o aparecimento de novas publicações como o *Journal of Refugee Studies* (jornal multidisciplinar publicado trimestralmente pelo Refugee Studies Centre, da Universidade de Oxford) ou o *Journal of Refugee Law* (da responsabilidade do ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).

restritiva ao nível da sua interpretação. A acção colectiva dos Estados que pretende colocar em primeira instância a “protecção da fronteira” em detrimento da “protecção do indivíduo” acontece através da harmonização das políticas de asilo e de migração, tal como se encontra nos discursos sobre a criminalização do tráfico⁵ de seres humanos, sendo os fluxos de refugiados também retratados como produtos do crime organizado internacionalmente.

Assim vejamos - segundo a Convenção de 1951, um refugiado é:

[Qualquer pessoa]... Receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora dos pais de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país... (in Artigo 1 A (2)).

De acordo com esta definição, a “nacionalidade” pode ser considerada segundo dois prismas: por um lado, tratando-se de um *motivo de perseguição* e portanto da falta de protecção de um país para com o seu nacional, poderá ser um requisito para a obtenção do estatuto de refugiado. Aqui nacionalidade cruza-se com outras essencializações como “raça”, ou “etnicidade” e no caso de haver um envolvimento em movimentos de cariz nacional, a “nacionalidade” pode ser vista como perseguição política; por outro, se se tratar de um *medo individual* de perseguição no país de onde se é nacional, a “nacionalidade” adquire um carácter mais próximo da “cidadania”, na qual subjaz a ideia de participação política, para além das características de “nacionalidade”. Os conceitos de nacionalidade e cidadania são assim instrumentalizados no quadro dos Direitos Humanos como conceitos que podem distinguir e definir quem é ou não merecedor de protecção enquanto recipiente dos direitos humanos.

Artigo 13

- 1. Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado.*
- 2. Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.*

⁵ Ver Bordonaro, Lorenzo, Alvim, Filipa (2009) *O tráfico de mulheres em Portugal: uma etnografia crítica da relação entre vítimas e instituições*. CEAS/ACIDI, Portugal.

Artigo 14

1. *Toda a pessoa tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.*
2. *Este direito não pode, porém, ser invocado no caso de processo realmente existente por crime de direito comum ou por actividades contrárias aos fins e aos princípios das Nações Unidas.*

Artigo 15

2. *Ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade.*

Através dos artigos acima citados, constatamos que a *liberdade de deslocação e residência* é contemplada na declaração, ou seja, é permitida a emigração mas nada é referido e legislado sobre a outra face do mesmo processo, o movimento de imigração. Diz-se no referente ao *Direito de asilo* (Artigo 14), que a ninguém pode ser negado esse direito, mas logo se faz a ressalva de que o mesmo só é adquirido em determinadas circunstâncias. A declaração da ONU⁶ não contempla leis relativas a estas questões, apesar de universal, garante a soberania dos Estados. A convenção de Genebra de 1951 e a sua adenda com o Protocolo ratificado em 1967 são dois dos documentos mais importantes a este respeito mas nem estas convenções nem mesmo a criação do ACNUR⁷ contemplam na prática a naturalização como direito humano universal, sendo a nacionalidade e o estatuto legal de um membro que faz parte de uma determinada comunidade definidas segundo parâmetros que espelham tensões e mesmo contradições existentes entre a DDH⁸ e as soberanias dos Estados, no que diz respeito ao controle das fronteiras e na escolha quantitativa e qualitativa dos migrantes.

A cidadania é a relação entre o indivíduo e o Estado no qual ele se encontra, ao qual é conferido alguns direitos e também responsabilidades legais. Historicamente só a obtenção da nacionalidade permitia o acesso aos direitos de cidadania. Ou seja, na nacionalidade constaria a cidadania e os privilégios dos direitos civis, sociais e políticos por ela aportados. E portanto do qual os não-cidadãos estariam excluídos. Assim sendo, ser nacional de um determinado Estado revelava-se de grande importância, reificada até

⁶ Organização das Nações Unidas.

⁷ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.

⁸ Declaração dos Direitos Humanos.

pela própria Declaração dos Direitos Humanos na qual “todo o individuo tem direito a ter uma nacionalidade” e “ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua nacionalidade nem do direito de mudar de nacionalidade”. Qual é o sentido desta pertença através da nacionalidade, quando hoje em dia há um número cada vez maior de pessoas a viver em países que não são os seus? Apesar da soberania dos estados não ser tão forte como outrora, as fronteiras nacionais continuam a afastar os estrangeiros, e aqueles que não têm uma pertença a um estado, tão pouco têm direitos (Benhabib:2004:6).

No entanto, Estado e nação não correspondem necessariamente: de uma sobreposição da territorialidade e da fronteira geográfica com a fronteira do que simbolicamente se considerava numa nação, nos últimos tempos estas fronteiras tornam-se difusas, levando à (con)vivência de várias nacionalidades dentro das fronteiras de um estado soberano - apanágio da modernidade. Se segundo a Convenção de Genebra, cada indivíduo tem o direito de se movimentar livremente, nada é radicalmente mais contraditório no mundo vivido. Cada estado decide quem entra, a quem é dada uma residência e cidadania. Neste sentido, a divisão entre estados soberanos apenas traça a diferença entre os que estão “dentro” e os que estão “fora”. Também o princípio de *non-refoulement*⁹, é contraditoriamente aplicado, de modo a que os refugiados possam ser enviados para os chamados “países terceiros seguros”, onde muitas vezes os seus direitos e mesmo a sua existência reflectem uma grande precariedade. Todas estas situações espelham a possibilidade de uma interpretação da Convenção em moldes muito minimalistas, no que diz respeito aos direitos e obrigações nela contidos.

Seyla Benhabib no seu livro *The Rights of Others: Aliens, Residents and Citizens*, apela precisamente a um universalismo moral e a um conceito de cidadania mais flexível e cosmopolita. Segundo a autora, assiste-se a uma desagregação da soberania dos estados

⁹ “O princípio de *non-refoulement*, frequentemente referido como elemento chave para a protecção de refugiados, constitui uma garantia contra reenvios forçados para situações de perseguição ou outros perigos. Tem sido expresso, sob diferentes formas, em diversos instrumentos internacionais sobre refugiados e direitos humanos, em especial no Artigo 33 (1) da Convenção de 1951. (...) Embora o princípio de *non-refoulement* seja raramente violado na Europa Ocidental no referente aos refugiados reconhecidos, existe um risco crescente para os requerentes de asilo, especialmente nos aeroportos e outros pontos de entrada. Os procedimentos de selecção prévia (“pre-screening”) e de admissibilidade, conjuntamente com a aplicação extensiva dos conceitos de país terceiro de acolhimento e país de origem seguro, sem as necessárias garantias processuais, têm aumentado o risco de *refoulement* para os requerentes de asilo, principalmente após a não admissão ou a rejeição na fronteira.” (http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/ovcap2.html)

já que as fronteiras são cada vez mais “permeáveis” levando a transformações nos padrões migratórios –

...the Westphalian state which extended towards the rest of the world now finds that its borders are porous in both directions and that it is not only the center which flows to the periphery but the periphery which flows towards the center. (Benhabib:2004:).

Sugere também transformações no conceito de cidadania - a cidadania enquanto membro de uma nação é substituída por uma *cidadania de residência*, devendo mesmo ser incorporada no regime universal dos Direitos Humanos. Partindo da ideia de “hospitalidade universal” de Kant, a autora pensa as questões dos migrantes e dos refugiados sob uma perspectiva cosmopolita, na qual os direitos humanos universais referem-se a uma humanidade em geral, não à humanidade sob condição de cidadania enquanto pertença a um grupo.

Se os refugiados¹⁰ são a *humanidade em estado puro*¹¹, a verdade é que não há lugar para esse estado de humanidade básica; como já vimos, os mais inalienáveis dos direitos humanos ficam desprotegidos, quando não localizáveis nos direitos de cidadãos de um estado. Como nos diz Gamburd,

Despite postmodern theoretical advocacy of “nomadology”, the study of ongoing human movement regardless of historically constructed borders (Malkki 1992, 38), most of the world still thinks in terms of national citizenship. (Gamburd, 2001:32).

Agamben, comentando a obra *We Refugees* de Hannah Arendt alertava:

¹⁰ “Refugees stop being specific persons and become pure victims in general: universal man, universal woman, universal child, and, taken together, universal family” (Barthes 1980).

¹¹ Para combater esta ideia Malkki (1996) propõe: “Perhaps a part (a crucial part) of the improvement is to be found in a radically “historicizing humanism” that insists on acknowledging not only human suffering but also narrative authority, historical agency, and political memory. Barthes’s call for a progressive humanism (1980:101) addressed this very issue, as do Foucault’s later writings; he suggested why it is more useful to seek to connect people through history and historicity than through a human essence (or “human nature”). This is not to make a simple, romantic argument about “giving the people a voice”; for one would find underneath the silence not a voice waiting to be liberated but ever deeper historical layers of silencing and bitter, complicated regional struggles over history and truth. It is a historicizing (and politicizing) humanism that would require us, politically and analytically, to examine our cherished notions of mankind and the human community, humanitarianism and humanitarian “crises,” human rights and international justice. For if humanism can only constitute itself on the bodies of dehistoricized, archetypal refugees and other similarly styled victims-if clinical and philanthropic odes of humanitarianism are the only options-then citizenship in this human community itself remains curiously, indecently, out-side of history. (Malkki,1996:398)

The paradox here is that precisely the figure that should have incarnated the rights of man par excellence, the refugee, constitutes instead the radical crisis of this concept."The concept of the Rights of man," Arendt writes, "based on the supposed existence of a human being as such, collapsed in ruins as soon as those who professed it found themselves for the first time before men who had truly lost every other specific quality and connection except for the mere fact of being humans. (Agamben: 1995).

Os requerentes de asilo denotam uma grande heterogeneidade já que têm passados, religiões, culturas e nacionalidades diferentes, sendo os próprios contextos de partida diferentes. Michel Agier (2002) reporta-se a essa heterogeneidade sublinhando que os refugiados apenas têm uma identidade relativa em comum: são pessoas sem nome, numa situação incerta e na fronteira da humanidade. A academia, as entidades oficiais, os media e as organizações humanitárias apresentam o refugiado como uma figura universal e ahistórica, contrastante com as definições que muitas vezes eles têm de si próprios e da sua condição. Ao terem saído do seu país de origem são muitas vezes conotados como humanos no sentido mais básico dessa humanidade, reforçada pelas narrativas oficiais, através de uma determinada imagética visual criteriosamente seleccionada, que precisamente reforça esse sentido de humanidade, pretendendo tornar os refugiados em seres ahistóricos e apolíticos, como “corpos anónimos” que incorporam o “sofrimento abstracto e universal”. (Malkki:1995,1996).

O número de pessoas refugiadas, requerentes de asilo e deslocadas internamente ronda os 21 milhões. Se o mundo ocidental recebe uma parte desses indivíduos, continuam a ser os países do hemisfério sul, os vizinhos a receber o maior número de refugiados. A mera existência dos refugiados deve-se ao facto de, por um lado, os estados se dividirem entre eles - por haver tensões, lutas e exclusões e, por outro, pelo facto de haver um movimento transnacional de pessoas, quer através dos movimentos migratórios legais ou gerados na clandestinidade, potenciados pela globalização e pela lógica do mercado livre.

Os itinerários da migração são muitos e não podem ser facilmente classificados. As fronteiras entre as categorias meramente estatísticas como por exemplo estudante estrangeiro, migrante laboral, trabalhador temporário ou refugiado são demasiado difusas. As pessoas servem-se dessas categorias na expectativa de conseguir contornar os entraves ao seu movimento, desde as rígidas regulamentações baseadas na dicotomia

cidadão / não cidadão e com todo o aparato envolvido na concessão de vistos de trabalho ou de estudos que se tornam difíceis de obter nos tempos que correm. Assim, o pedido de asilo é visto como mais uma estratégia a tentar.

Os estudos sobre refugiados inserem-se na investigação sobre migrações e globalização, podendo a antropologia¹² fornecer enfoques analíticos relevantes a partir da insistência nas inter relações entre o local, o transnacional e o cultural. Assim dever-se-á ter em conta a bibliografia existente no âmbito da antropologia sobre comunidades imigrantes¹³, migrações laborais e fluxos transnacionais¹⁴.

No panorama português, podemos considerar uma viragem a partir da década de 80 já que se deu uma mudança dos tradicionais fluxos imigratórios na e para a Europa: retirando importância ao papel de principais fornecedores de mão-de-obra, os países da Europa do Sul transformaram-se também em fortes países de acolhimento de mão-de-obra¹⁵. Se primeiramente se tratava de migrantes de países africanos de expressão portuguesa¹⁶, posteriormente e, a partir meados da década de 90, entram em cena outros grupos de migrantes, nomeadamente brasileiros, chineses e bangladeshis, entre outros (Mapril 2008). No entanto e se atentarmos na literatura portuguesa existente sobre refugiados percebemos que os estudos sobre esta temática são muito poucos (Santinho

¹² Parece-me que a antropologia pode dar a conhecer os significados resultantes da experiência do asilo, conferindo aos indivíduos um papel activo, desconstruindo deste modo a imagem do refugiado como agente passivo receptor de ajuda humanitária (Binder & Tošić, 2005).

¹³ A produção etnográfica sobre as migrações internacionais pode ser contextualizada historicamente, desde o trabalho pioneiro de Thomas & Znaniecki (1918), um estudo da Escola de Chicago que pretendia proceder à compreensão do processo de assimilação, adaptação e integração dos imigrantes europeus na sociedade americana. Para além de ser representativo do pensamento sociológico da época, foi um marco essencial para o desenvolvimento teórico das décadas seguintes, nomeadamente no campo das migrações internacionais. Posteriormente também foi alvo de críticas na medida em que a tese de assimilação de valores por parte dos grupos imigrantes não se revelou na prática.

¹⁴ A constatação de que afinal os migrantes mantêm fortes laços quer com os seus países de origem quer com as redes sociais, que não se encontram encapsuladas num único território, representa também uma das grandes perspectivas das migrações, sob o espectro do transnacionalismo (Basch, Glick Schiller and Szanton Blanc, 1994). Nesta perspectiva, noções como cultura ligada a um território específico, são antes vistas num diálogo entre transnacionalismo, globalização e cultura (Hannerz, 1996).

¹⁵ Apesar de continuarem a ser países de emigração, a imigração deixou de ser um fenómeno residual (Pires, 1998), acompanhando a realidade de outros países da União Europeia, passando a receber significativos fluxos de imigrantes (Esteves 1991, Pires, 1998; Garcia, 2000, Machado, 2002, *inter alia*).

¹⁶ Países na época chamados PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) e hoje PLOP (Países de Língua Oficial Portuguesa).

2008, 2009, Haex 2007) sendo a literatura antropológica sobre o Sri Lanka¹⁷ completamente inexistente.

A partir deste casal de requerentes de asilo tameses chegados a Portugal em Abril de 2009 e do seu relacionamento com outros indivíduos da mesma origem geográfica, tornou-se perceptível a existência de um grupo pequeno (em termos numéricos) e recente, onde se constituíam redes solidárias importantes: é este o meio pelo qual mais facilmente se encontra casa e/ou trabalho, para além da possibilidade de falar a mesma língua e forjar um ambiente mais familiar e alargar os contactos dentro da rede. Recorrendo a histórias de família (Lima & Pina Cabral 2005) pretende-se compreender como se processa a (re)construção das sociabilidades em contexto de mobilidade, centrando-nos num tipo de migração muito especial - a dos requerentes de asilo mas não descurando a existência de uma relação dialéctica entre requerentes de asilo e outros migrantes.

1.2. METODOLOGIA

Para o presente estudo foram realizadas pequenas entrevistas iniciais a alguns requerentes de asilo cingaleses bem como a migrantes económicos da mesma origem. Os contactos e as posteriores entrevistas foram feitos através da rede que se consolidou com Sita, através do método bola de neve.

Conheci Sita em finais de Abril de 2009, no momento em que ela chegou ao Centro de Acolhimento de Refugiados, na Bobadela. A partir dessa altura tornou-se na minha “informante chave”, tendo me permitido conhecer as outras pessoas que viria a entrevistar posteriormente. Estas entrevistas iniciaram-se na realidade com o preenchimento de um pequeno questionário com detalhes de ordem demográfica e de caracterização geral – uma ficha de identificação preliminar. Mais tarde foram

¹⁷ A nível geral e, no que concerne os estudos sobre o Sri Lanka, encontramos literatura sobre religião (hinduísmo e budismo) e a questão do conflito entre o Estado e a minoria tamil (Tambiah 1986, Coomaraswamy 1987, Spencer 1990, Daniel 1996); sobre o impacto da imigração feminina nos contextos de origem (Gamburd, 2000). Também se conhecem estudos sobre refugiados tamil reinstalados e as questões do trauma resultantes da guerra civil (Brun 2005, Moolakkattu 2005), bem como o nacionalismo tamil em diáspora (Fuglerud 2000) através da crítica das categorias imigrante e refugiado.

realizadas pequenas entrevistas semi-estruturadas (no total de seis, sendo quatro masculinas e duas femininas). Destas entrevistas, apenas duas (uma masculina e uma feminina) corresponderam a migrantes económicos.

Apenas a entrevista de Sita foi-se desenvolvendo de modo a vir a constituir uma história de família¹⁸, que se foi tornando compreensível através do processo da narração. Para além do acesso às especificidades individuais¹⁹ este tipo de metodologia permitiu um enquadramento contextual da experiência do que é ser-se um requerente de asilo, no entrecruzar da história, da memória e das identidades articuladas através da auto narração.

Todas as entrevistas aconteceram entre os meses de Dezembro de 2009 a Junho de 2010, a maioria delas em casa de Sita. Houve no entanto duas que se realizaram em minha casa. A minha principal estratégia foi a de criar uma relação de confiança de modo a solidificar os laços com Sita e a sua família - assim se constituiu uma relação consistente.

A dimensão específica tratada no presente estudo situa-se na história de família deste casal, embora tenha utilizado outro casal (também do Sri Lanka e tameses mas migrantes económicos), traçando uma narrativa que dialoga com a de Ram e Sita, projectando muitas vezes uma imagem tipo *espelho*. Devido à temática da tese, e para que não se

¹⁸ Muito útil para trabalhar em contextos metropolitanos, a história de família segundo Lima & Pina Cabral 2005 inspira-se na amálgama de vários métodos utilizados já desde os finais do século XIX como o método genealógico, o método biográfico, metodologia demográfica e estudos de caso. Devido às vicissitudes dos novos terrenos - contextos urbanos modernos, a observação participante no sentido clássico fica um pouco aquém enquanto metodologia; as histórias de família embora não descurem essa metodologia, aumentam o seu potencial, maximizando os encontros ao contrário das entrevistas semi-directivas, que por serem directas não são criadoras de uma grande cumplicidade, tão necessária ao desenvolvimento da familiaridade, do “hanging around” mais comum no trabalho de campo. Ao contrário das histórias de vida (estudos clássicos como os de Lewis e Andersen, e mais tarde novas perspectivas como as de Ferrarotti, Bourdieu, Denzin) que retratam as vidas individuais sem integrá-las no seu contexto relacional, o método de histórias de família embora não descure a autovalidação de ego, permite situá-lo numa teia de relações mais ampla. Inserindo os percursos sociais dos sujeitos nas dinâmicas familiares e sociais em que eles se inscrevem (Bertaux), desenha-se o universo do parentesco (o parentesco tem uma importância grande pois é também por aí que se insere o indivíduo). Mas as relações de parentesco são mais vistas como formas de relacionamento (Carsten 2000), representativas das relações sociais da vida de ego que acabam por ser decisivas na sua constituição enquanto ser social.

¹⁹ De referir as grandes obras da antropologia *The Children of Sanchez* (1961) de Oscar Lewis e *Mama Lola – A Voudou Priestess in Brooklyn* (1991) de Karen McCarthy Brown que se tornaram leituras extremamente interessantes, sendo fontes de inspiração para a escrita desta tese.

Na primeira obra, o autor dá-nos uma perspectiva mais profunda sobre a vida de uma família, recorrendo à técnica pela qual cada um dos membros da família conta a história da sua própria vida nos seus próprios termos; na segunda, uma “ethnographic spiritual biography”, a autora não descurendo cronologicamente a biografia de Mama Lola, acaba por fazer um relato detalhado da sua infância no Haiti, a sua migração para os Estados Unidos e o seu caminho dentro da tradição do Voudou.

tratasse apenas de um método de levantamento genealógico, tornou-se necessário estabelecer um tema a partir do qual se fosse construindo a história de família – como tal tomei a decisão de optar pelo recurso às histórias de migração. Assim recolhi mapas genealógicos e tabelas de parentes que apesar de resultarem numa história de família *per se* seriam incipientes: tornava-se necessário inserir as histórias de família num debate teórico mais amplo, mais interessante do ponto de vista antropológico. Por isso e como estratégia de falar de percursos migratórios decidi fazer a recolha dos percursos de vida, das relações familiares, das relações entre os membros e as suas opções, as sociabilidades e os constrangimentos económicos, sociais e políticos de Sita e Rama, sendo que o ponto de vista primordial é o de Sita.

1.3. ESTRUTURA DA TESE

Esta dissertação estará assim estruturada em três partes: no primeiro Capítulo tentarei apresentar uma descrição do *background* de Sita, apresentando a sua família e a relevância da sua história enquanto exemplificativa de muitas histórias de pessoas tameses do Sri Lanka: desde o nascimento no Sri Lanka até à passagem pela Índia como país intermédio numa altura em que a fuga do Sri Lanka se tornava incontornável²⁰; desde a organização da viagem de sair do país já não necessariamente devido à guerra; até à chegada a Portugal e o processo de requerimento de asilo.

De seguida, no segundo Capítulo, através da descrição da sua experiência pretendo contextualizar a narrativa destas pessoas na trama das instituições com que se depararam já em território português. Não se tratará de fazer uma descrição nem uma contextualização sobre os refugiados em Portugal, mas antes a projecção da visão de Sita e Rama sobre essas instituições.

No terceiro Capítulo tentarei revelar os aspectos de sociabilidade criados quer em ambientes institucionalizados como o CAR (Centro de Acolhimento de Refugiados) quer mais tarde através da construção, ainda que tímida, de uma rede de pessoas provenientes do mesmo contexto geográfico. Perceberemos como é esta rede que

²⁰ Por mais de vinte anos a guerra civil no Sri Lanka se disputou entre o grupo guerrilheiro Tamil LTTE (Liberation Tigers of Tamil Eelam) e o estado cingalês. O palco principal desta guerra foi o norte e o leste do país, maioritariamente Tamil e onde vivia Sita. O conflito centrou-se entre a maioria cingalesa e o grupo de cingaleses falantes de Tamil.

suporta e facilita o acesso a questões de habitação e de trabalho. Por fim, tentarei traçar o espaço transnacional desta família: verificaremos através da praxis etnográfica como é impossível enclausurar estes sujeitos num espaço territorializado dentro de quaisquer fronteiras definíveis, já que se tratam de “ethnoscapes” (Appadurai 1996): pessoas que se movem, obrigadas ou não, mas certamente condicionadas pelos crescentes fluxos de capitais, de bens de consumo e de tecnologia e também pelas constantes mudanças das políticas de asilo: a mobilidade que desterritorializa mas permite a vida num contexto de conexões globais, com consequências transnacionais.

O que se segue pretende ser um retrato da fascinante viagem de Sita e Rama em direcção à Europa; não sendo apenas exemplos representativos de mudanças globais num contexto nacional e transnacional, pretendo mostrar as imensas transformações que ocorrem no quotidiano destas pessoas, dando a conhecer essas mudanças através dos seus próprios discursos.

2. EXPERIÊNCIA ANTERIOR À MIGRAÇÃO; VIAGEM E CHEGADA A PORTUGAL.

Na década de 80 do século XX o Sri Lanka passa, no campo das migrações internacionais, a fazer parte da lista dos países com um grande número de migrações forçadas, com o crescimento dos conflitos étnicos iniciados em 1983. O início desta nova migração é fundamentalmente a expressão da conjugação de profundos conflitos étnicos que tornam a vida dos tamiles do Sri Lanka muito problemática.

Assim verifica-se a partir de 1983 um grande êxodo de tamiles do Sri Lanka, sendo os migrantes vindos das elites diferentes daqueles de classes médias baixas: se os primeiros tinham como destinos países como o Reino Unido, os Estados Unidos, o Canadá e alguns países europeus, os segundos moviam-se em direcção ao país mais próximo, a Índia²¹, chegando à costa do Tamil Nadu em pequenas embarcações de pesca e catamarãs sendo mais tarde distribuídos pelos vários campos de refugiados existentes neste Estado indiano, com o apoio do governo estatal.

A partir do percurso de Sita, uma jovem mulher tamil do Sri Lanka, tentar-se-á perceber estes movimentos que são os de muitas famílias tamiles do Sri Lanka. Quais as reformulações dos espaços e das pessoas tanto dentro do Sri Lanka como fora?

²¹ De notar que na generalidade preexistem à emigração relações de proximidade económica ou culturais com os países de destino, e neste caso essa relação é mais que óbvia, como iremos verificar.

2.1. DESLOCALIZAÇÕES INICIAIS: SRI LANKA, ÍNDIA, SRI LANKA

Figura 1 - Mapa do Sri Lanka



in http://www.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/sri_lanka_pol01.jpg

Sita nasceu em Jaffna, no Sri Lanka, em 1983. Filha de pais nascidos também em Jaffna, muda-se para Pudukudirupu, Vanni, onde mora até 1994. Vanni é uma região maioritariamente habitada por pessoas de origem tamiéis, tal como a Península de Jaffna, na Província Norte do país. É precisamente no ano do seu nascimento que a situação da minoria tamil no Sri Lanka começa a tornar-se insustentável, colocando assim o país no mapa das migrações forçadas e na proliferação de refugiados²².

Desde essa altura que estava habituada a mudança, tendo vivido largos períodos de tempo “em casas tipo tendas que construía”, diz Sita. Quando os conflitos se tornavam mais recorrentes, os seus pais decidiam mudar de casa. E cada vez que se mudava de casa, os pais arranjavam uma escola “onde se aprendia tudo em tamil” (Sita, ao contrário de outras gerações anteriores, como a dos seus pais por exemplo, não sabe falar cingalês.). O pai de Sita ia fazendo pequenos trabalhos como agricultor, de modo bastante informal, em cada sítio a que chegavam. Os conflitos eram recorrentes e muitas vezes partiam de situações em que a instauração da suspeita era suficiente para a perseguição. No caso desta família constituída por um pai, uma mãe e três filhos, era a suspeita de que o patriarca fosse membro das LTTE²³ que gerava as dificuldades que levavam aos recorrentes deslocamentos internos. Ao contrário dos projectos migratórios para fora do Sri Lanka, muito mais dispendiosos, os deslocamentos internos permitiam a movimentação de famílias inteiras ou mesmo de pequenas comunidades (Brun:2003).

²² Em 1983 as tensões já existentes e a violência culminaram em motins, que mais não fizeram que gerar uma violência sistemática contra as populações tamiéis. Estes motins representaram o início da guerra civil gerando um grande número de pessoas tamiéis deslocadas internamente bem como pessoas que emigraram com a ajuda de familiares e amigos que já se encontravam fora do país.

²³ LTTE, ou seja, Liberation Tigers of Tamil Eelam é uma organização iniciada em 1976 sob a liderança de Velupillai Prabhakaran, e extinta em Maio de 2009, depois de derrotada pelo governo do Sri Lanka. Sendo uma organização separatista do norte do Sri Lanka, pretendia criar o Tamil Eelam, um estado independente no norte e este do Sri Lanka.

Figura 2 - Mapa do Sri Lanka com as áreas Tamil Eelam



Base 802734AI (C00127) 3-01

In http://www.dimec.unige.it/PMAR/demining/PAT_SriLanka.html

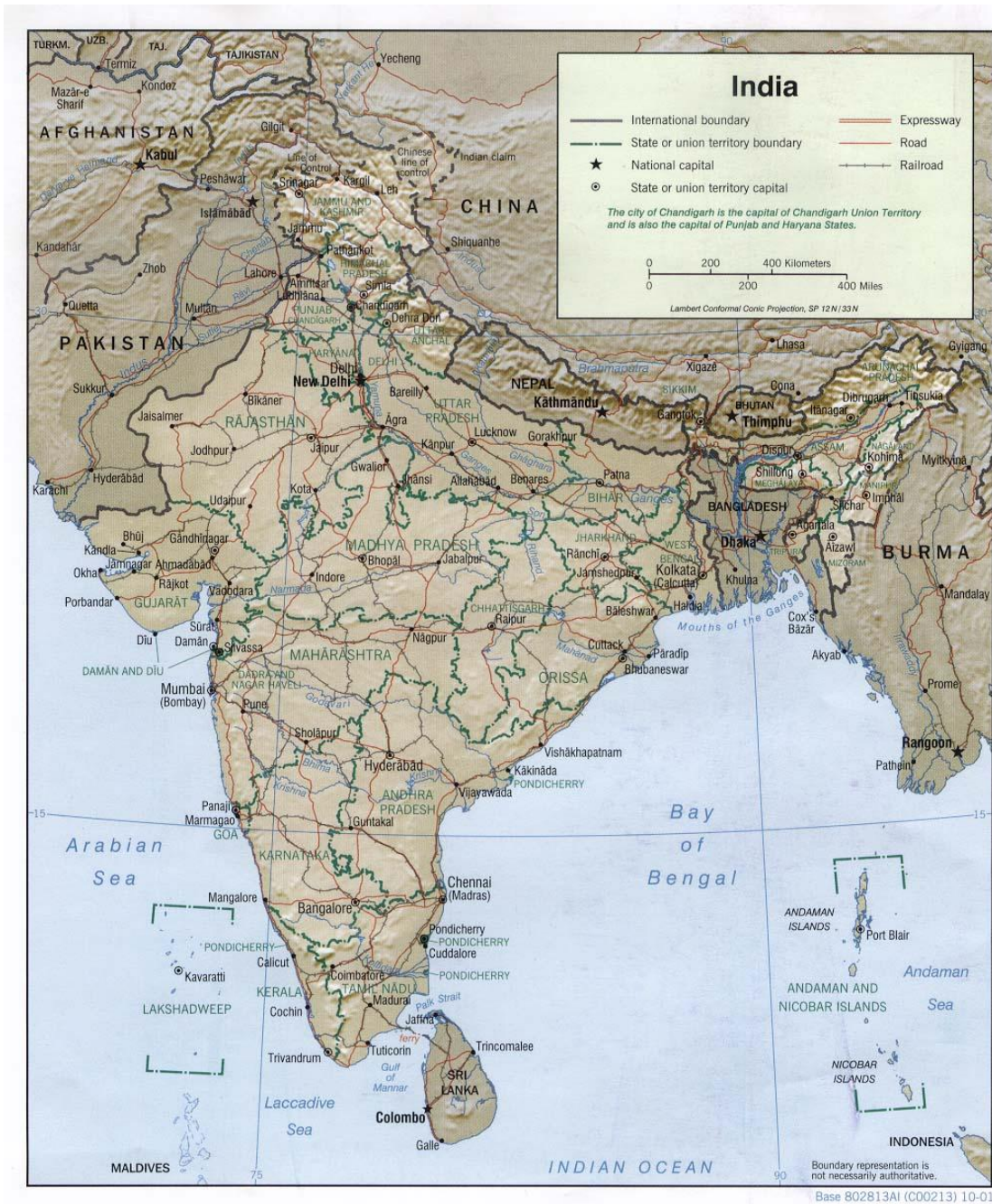
O ano de 1983 representa o início do fluxo de pessoas tamilyes para o estado indiano do Tamil Nadu (Amal Raj 1997, Bastiampillai 1996). Após décadas de uma política governamental opressiva para a minoria tamil do país, tendo como momento cumular os motins anti-tamil em Julho de 1983 que originaram mais de 2000 mortes e levaram ao deslocamento de 80 000 a 100 000 pessoas. As províncias do norte e leste do Sri Lanka tornar-se-iam num campo de batalha da luta armada entre os movimentos separatistas tamilyes e o estado cingalês.

Depois de anos em deslocções internas, a família de Sita decidiu, em 1996, sair do Sri Lanka, com medo de que a situação viesse a piorar novamente. Foram então para Trichy, no Tamil Nadu, Índia. Passaram a ser uma das centenas de famílias a viver num campo de refugiados. Uma grande parte das pessoas que chegava ia para campos de refugiados sendo que a outra vivia em comunidades locais nas grandes cidades. Havia ainda um grupo mais restrito que ia para os chamados Campos Especiais, para militantes de organizações como a LTTE ou grupos semelhantes.

Esta entrada enquanto refugiados para o país vizinho, fez-se em três fases distintas, de acordo com os momentos de conflito político vividos no Sri Lanka. Assim, a primeira fase deu-se em 1983, no seguimento dos motins anti-tamil em Colombo, até 1987, e ficou conhecido como a Primeira Guerra do Eelam. A partir de 1990, começou a segunda entrada de refugiados, dos quais cerca de 60 000 foram repatriados entre os anos de 1992 e 1995 (Paus, 2005). Quando o SLA (Sri Lankan Army) toma o controle sobre a área de Jaffna, dá-se a Terceira Guerra do Eelam que representa um terceiro êxodo para esta população. É precisamente durante esta terceira fase, que a família de Sita decide emigrar pela primeira vez para a Índia.

A experiência de chegar à Índia, apesar da proximidade geográfica (a distância entre o Sri Lanka e a Índia pelo Estreito de Palk, no Golfo de Mannar é de apenas 29 km) não é propriamente fácil, muito menos segura. As constantes guerras nas províncias do Norte fazem com que a passagem terrestre seja pouco segura, enquanto a alternativa aérea embora mais segura era bem mais onerosa. Para além dos bilhetes de avião, o dinheiro para conseguir os documentos de viagem encarecia imenso esta via. Assim, a maior parte das pessoas, principalmente as do norte do país vêm-se obrigadas a entrar ilegalmente via marítima em pequenas embarcações, com a ajuda dos pescadores locais tamilyes (Bastiampillai 1996, Suryanarayan and Sudarsen 2000).

Figura 3 - Mapa da Índia



Durante o período na Índia, a família de Sita residiu em comunidades locais mas também em campos de refugiados, tal como outras famílias vindas do Sri Lanka.

Esses campos de refugiados²⁴ localizavam-se todos em Tamil Nadu (ver Figura 3), excepto um, que ficava em Orissa. As pessoas a viver em comunidades locais estabeleceram-se em cidades tames indianas relativamente grandes, como por exemplo, Madras, Madurai e Trichy. Sita e sua família chegaram a Trichy, a um campo de refugiados onde lhes foi conferido esse estatuto (visto segundo a legislação indiana o estatuto de refugiado ser apenas concedido aos cidadãos do Sri Lanka residentes em campos, e não fora deles). Sem as suas terras, devido aos constantes conflitos, chegam aos campos com muito pouco, já que a grande parte havia sido gasta na viagem até à Índia. Nos campos, o governo indiano concedia um pequeno subsídio aos refugiados do Sri Lanka. Segundo Sita, o seu pai por ser chefe de família recebia cerca de 200 rupias por mês, a mãe cerca de 170 e ainda era dado algo por cada filho, valores de que Sita não se recorda. Recorda no entanto as condições muito limitadas em que a família vivia, com muito pouca privacidade, dividindo apartamentos com outras famílias, sendo as divisões muito pequenas: “vivíamos em gavetas de 2,5m por 2,5m”. A vida dos tames do Sri Lanka na Índia havia-se tornado desde 1991 muito mais complicada. Se até essa altura era vista como uma comunidade que precisava de ajuda, até por partilhar com os tames da Índia uma língua comum e dados culturais semelhantes, a partir dessa data o cenário muda: desde as dificuldades em ir à escola, as restrições submetidas às diversas ONG’s que antes operavam na região até à prisão e ao regime de registo obrigatório dos cidadãos do Sri Lanka que aí chegassem.

Em 1999, depois do regresso de um tio paterno com a mulher e os filhos, também a família de Sita regressou ao Sri Lanka, novamente para a área de Jaffna, uma zona considerada “tamil tigers area”, onde a família sentir-se-ia mais em casa e protegida. Mesmo sabendo que a situação não havia melhorado muito, consideravam o regresso a “casa” como uma situação melhor do que a vida nos campos de refugiados na Índia, onde sobreviviam em condições bastante precárias. Sita e os irmãos voltam a estudar, e o pai continua a fazer pequenos trabalhos agrícolas. Esta importância dada à “terra”

²⁴ De acordo com o Ministério Indiano para os Negócios Estrangeiros havia, em 2001, cerca de 65 000 refugiados em 116 campos (MHA 2004.02.16)38.

como local de origem é bem expressa na obra de Valentine Daniel (1984) *Fluid Signs: being a person the tamil way*, que embora seja sobre uma comunidade tamil do Sul da Índia expressa a ideia de uma ligação entre a pessoa e a sua terra de origem, uma ligação que é a do corpo e da terra, que só acontece quando se está fisicamente presente na terra de origem.

Em 2005 o irmão mais velho de Sita regressa à Índia, onde consegue um trabalho e fica a viver na mesma cidade onde a família havia vivido anteriormente enquanto refugiados. Já não se encontrando com o estatuto de refugiado, mas desta vez como migrante laboral chama, pouco depois, o irmão mais novo para concluir os estudos na Índia. As remessas que este irmão enviava ao trabalhar como engenheiro numa empresa informática permitiam a sustentabilidade da família, no Sri Lanka.

A viver com os pais em Jaffna e fazendo um curso de técnica de laboratório, Sita conheceu Rama em 2004. Começaram a namorar, escondendo o namoro dos seus pais. Apesar de pensarem em casamento e apesar da insistência de Sita, Rama não consentia falar com a sua mãe sobre o assunto, pois tinha irmãos mais velhos do que ele, ainda por casar. Sendo ele o irmão mais novo, e tendo ainda uma irmã solteira, Rama não tinha coragem de falar com a sua mãe sobre o casamento.

Sita, por seu lado, era a única rapariga no meio de dois irmãos, e o seu casamento tornava-se num assunto recorrente em casa. Até porque segundo as informações obtidas pelos mapas astrais e pela numerologia, Sita não deveria casar depois dos 23 anos, pois senão só se casaria aos 35 anos! A sua mãe decidiu então que o casamento teria que ser proximamente, ainda em 2006 ou o mais tardar em 2007 e arranjou um noivo para Sita. Foi feita uma festa de noivado. Perante a possibilidade de Sita se casar com um outro homem, Rama decidiu falar com a sua mãe e irmã, que consentiram que os dois se casassem e que Sita viesse viver com eles (a mãe de Rama vivia só com a irmã, visto o marido ter falecido e os outros dois filhos já se encontrarem fora do país). Após uma tentativa falhada de tentar convencer os pais de Sita a aceitar que a sua filha se casasse consigo, Rama diz a Sita que a única forma seria o casamento mesmo sem o consentimento dos pais dela. Teriam no entanto o apoio da mãe e da irmã dele. Sita fugiu então de casa dos seus pais para se casar. Rama ligou para a mãe de Sita a dizer o que tinha sucedido, e que não se preocupara, que Sita estava com ele, em sua casa.

Os pais de Sita ficaram muito desiludidos com a filha, bem como os seus irmãos. Sendo a única rapariga da casa, havia muitos planos para ela e para o seu casamento. Com a vergonha que implica a saída de uma filha de casa nestes moldes, os seus pais mostraram o seu descontentamento cortando relações com a filha. Só mesmo pouco antes da sua viagem para a Europa é que Sita voltaria a ver os pais, reatando fragilmente essa relação. O irmão mais velho continua, no entanto, sem lhe falar.

De 2007 em diante, até ao ano de 2009, Sita vive em casa da sua sogra com a cunhada e o marido. Rapidamente a relação com a cunhada se torna complicada, já que esta interfere desde o início na relação de Sita com Rama. Sita diz mesmo que durante os dois anos que viveu com elas, quase não esteve a sós com o marido. No final de 2008, a irmã de Rama casa-se e rapidamente vai para Inglaterra, onde se encontram os outros dois irmãos.

2.2. ORGANIZANDO A VIAGEM E O MEDO DA PARTIDA

É também no final de 2008, em Dezembro, que Sita e Rama começam a pensar em sair do Sri Lanka. A ideia seria juntarem-se aos outros irmãos em Inglaterra, onde um se encontra como requerente de asilo e o outro ainda espera o parecer positivo do seu processo. Ao fazer a história de família de Sita apercebemo-nos de que os movimentos migratórios desta família circulam entre a Índia e o Sri Lanka, e em grande parte dentro do país. Sita só refere a existência de um primo paterno emigrado há muitos anos em França.

As migrações tanto internas como externas são uma dimensão essencial da guerra civil. Os fenómenos migratórios transnacionais servem para apoiar os familiares afectados pela guerra, e por isso tornam-se numa dimensão essencial da guerra civil. Apesar de o número de Pessoas Deslocadas internamente ser muito grande também o das pessoas que migravam para fora do país crescia. Desde a independência do Sri Lanka em 1948 que variados grupos sociais encetam projectos migratórios. Como nos diz Gamburd,

Economic and social pressures in the 1950s, 60s, and 70s drove educated and wealthy Sri Lankans to Europe, Australia, Canada, and the United States. Ethnic violence, which surged into civil war in 1983, spurred an out-migration of Tamil-speaking Sri Lankans from the Northeast and augmented the return of Tamil plantation workers to

South India from Sri Lanka's central highlands (Gunatilleke 1995, 684; Shah 1995, 559). As refugees, emigrants, and laborers, many different portions of the Sri Lankan community have traveled abroad, with a wide range of motivations. In (Gamburd: 2000:30)

Ora a opção da migração transnacional é obviamente mais dispendiosa, sendo o aumento e endurecimento das leis internacionais respeitantes às migrações outro factor que faz subir os seus custos. Nesse sentido as migrações em cadeia tornam-se uma estratégia interessante para fazer face a essa subida. Depois da saída dos irmãos de Rama, e posteriormente da irmã, chegava a vez de Rama emigrar. O projecto migratório é visto como projecto familiar, mas realizado por etapas, conduzidas cada uma delas, por cada um dos membros. Primeiro um irmão, depois outro, depois a irmã com o marido, e por fim Rama e Sita, tendo como fim último chamar a mãe. Ao mesmo tempo que a migração para a Europa é vista como a abertura para novas possibilidades de vida, fomentada pela imaginação do que pode ser uma nova vida na Europa ou noutra parte do mundo, o movimento das populações torna-se cada vez mais difícil, especialmente para as camadas mais pobres. As cada vez mais rígidas regras de controlo da imigração na Europa, que se quer fortaleza²⁵ (King et al., 2000), bem como os avultados preços a pagar aos agentes (Fuglerud 1999) faz com que a chegada à Europa seja difícil para aqueles que têm poucos recursos.

O projecto migratório de Sita e Rama foi financiado com a ajuda de vários membros da família: o irmão que tem um supermercado em Inglaterra e é casado com uma rapariga tamil que nasceu em Inglaterra, enviou algumas poupanças; a sogra que pediu dinheiro emprestado a familiares; e através do empréstimo de dinheiro dando como garantia as jóias que Sita recebeu no casamento. Com a garantia das jóias, Sita recebeu cerca de 5

²⁵ De palco de emigração, o Sul da Europa transformou-se, desde o final dos anos 80 e 90 em território de imigração através de indivíduos vindos de África e da Ásia (e a partir de 1989) dos países de Leste. O sul da Europa ocupa um lugar central no mapa global das rotas migratórias, ao contrário do papel que teve nos anos 60, sobretudo de emigração para os países de norte europeu.

Enquanto a Europa se esforça em controlar os movimentos de imigração, o sul da UE é visto como o elo mais fraco da “Europa Fortaleza”. Este livro de Russel et al. (2000), examina justamente este novo papel do Sul da Europa como um panorama de imigração em grande escala. A partir da descrição das situações de Portugal, Espanha, Itália e Grécia, são abordados temas como o papel dos imigrantes nos mercados de trabalho, questões de exclusão social e territorial, relação entre migrações e prostituição ou mesmo os interesses estratégicos que têm a ver com a segurança, o comércio e a geopolítica.

lakhs²⁶ de rupias cingalesas (mais ou menos 4000 euros), estabelecendo um contrato que previa a devolução do dinheiro com juros num prazo de dois anos, em troca do reembolso das jóias.

A trajetória do processo migratório não é definida individualmente, mas através de agências que definem o processo e tomam as diligências necessárias que permitem iniciar a viagem propriamente dita. O tio materno de Rama conhecia uma agência, através da qual ele próprio tinha vindo para a Europa, sendo através dos seus serviços que Sita e Rama iniciariam a sua viagem.

2.2.1. Europa imaginada

Embora as razões iniciais para viajar para a Europa tenham sido do âmbito das migrações forçadas, à medida que a confiança foi crescendo, verificou-se que a esta razão se acoplavam outras razões para o movimento migratório. Há uma série de incentivos complexos que ultrapassam a visão muito redutora de migração forçada ou de migração puramente económica. Appadurai (1991) diz que a tecnologia e as ligações transnacionais alimentam a imaginação das pessoas num mundo cada vez mais globalizado. Uma série de potenciais estilos de vida canalizados através dos media, das visitas de familiares que vivem fora e de uma série de bens de consumo comuns no ocidente aliciam a imaginação e aspirações dos migrantes em potência. Esta é uma ideia importante, que também é sublinhada por Gardner (1995, 2004) entre os migrantes Bangladeshis e os seus familiares. Note-se a importância do consumo na vida dos migrantes:

Goods which migrants bring home also involve imaginings of foreign places and the type of modernity (or lack thereof) supposed to be found there, whether this is expressed through prayer rugs or other religious artefacts brought from the Gulf, or consumer durables such as cassette recorders, motorbikes or cosmetics. Just as the display of suitably authentic 'ethnic' artefacts in the home of middle class Europeans indicates that their owners have consumed interesting and exotic experiences amongst the 'traditional peoples of the Third World', so the display of particular sorts of goods from

²⁶ Um lakh equivale a 100.000 rupias. Trata-se de uma unidade do sistema numérico indiano utilizada em contextos formais como informais no subcontinente (na Índia, Paquistão, Bangladesh, Maldivas, Nepal, Birmânia e também no Sri Lanka).

Europe or the Gulf in South Asia indicates that their owners have been in close contact with places perceived to be modern and cosmopolitan.” In Gardner&Osella (2000, 36-37)

Para além da autonomia económica, com vista ao trabalho remunerado que possa permitir poupanças para uma vida futura, talvez mesmo no Sri Lanka, e o financiamento e apoio económico a outros familiares que ficaram na Índia e no Sri Lanka, este deslocamento envolvia, para Sita, uma nova etapa na vida enquanto casal, que não iria de modo nenhum pôr em causa as expectativas e obrigações para com a família, nomeadamente com a mãe de Rama, mas significaria uma autonomia. Esta autonomia era tão mais forte e necessária, que mesmo apesar de estar grávida de quase cinco meses, e sendo a criança a primeira neta em ambas as famílias, Sita decide sair de Jaffna. Com a gravidez iniciada no país de origem, Sita sente que não pode adiar mais a saída, pois a notícia de que duas das suas grandes amigas de infância haviam sido assassinadas pelo governo cingalês, fê-la ter a certeza de que o nascimento de uma criança num lugar estranho e sem o apoio familiar da mãe e da sogra seriam mais suportáveis do que continuar a viver em Jaffna e ter uma criança num ambiente hostil e de medo.

Com Inglaterra como destino final, Sita e Rama planeavam viver como uma família unida e feliz, perto dos irmãos que providenciariam o apoio económico, burocrático e emocional num país que lhes era completamente estranho. Os dois irmãos de Rama estavam em Inglaterra bem como a irmã que se havia casado e ido para lá também. Ao contrário de Sita que apenas tem um tio em França, a família de Rama constitui-se como uma rede extensa no Ocidente, com familiares em vários países da Europa bem como nos Estados Unidos e no Canadá. Ao observarmos o mapa genealógico de Rama percebemos que há tios a viver no estrangeiro, juntamente com os seus filhos, enquanto outros elementos não saíram do Sri Lanka, nem os seus filhos. Várias razões podem explicar estes diferentes processos dentro de uma mesma família: as pessoas que já estão fora podem ajudar apenas os familiares mais próximos a emigrar, pode haver muito pouco dinheiro, ou seja, dinheiro insuficiente para financiamento de uma viagem, ou ainda a simples possibilidade de algumas pessoas não quererem de todo emigrar. Tal como nos explica Gardner (1985) sobre os migrantes bangladeshis de Sylhet, a existência de uma rede de familiares no Ocidente pode e determina grandemente a possibilidade de migrar. Os fenómenos migratórios começam, antes de um cruzar físico

de fronteiras, com a imaginação a cruzar espaços. Antes sequer do acto de migrar há um deslocamento sociocultural e económico, que não permite fazer distinções fixas entre refugiados políticos e migrantes económicos, tornando estas categorias muito plásticas, em prol do sonho de um futuro mais rico projectado sobre a geografia da Europa.

FIGURA 4 - MAPA GENEALÓGICO DE SITA

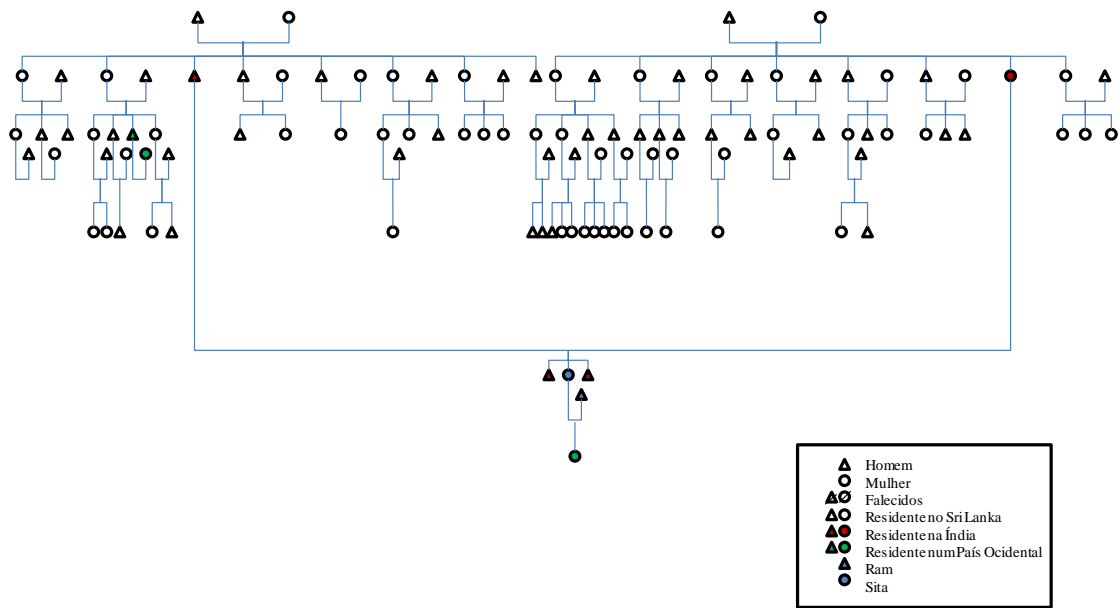
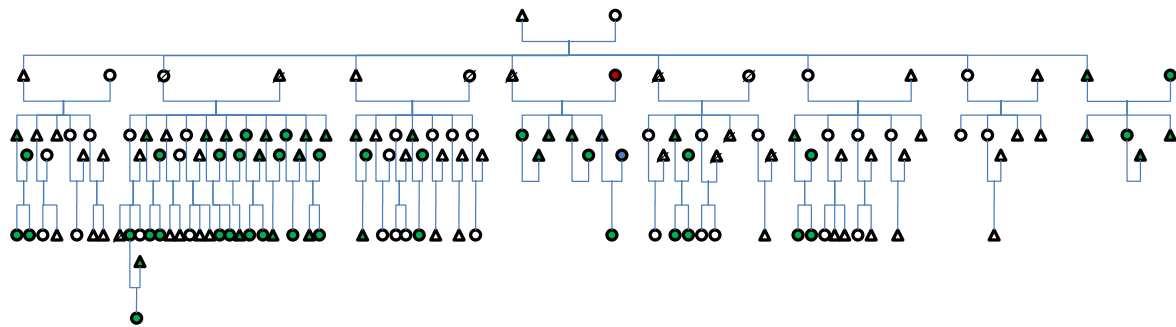
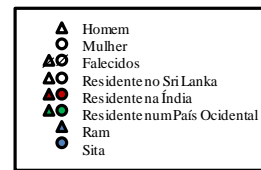
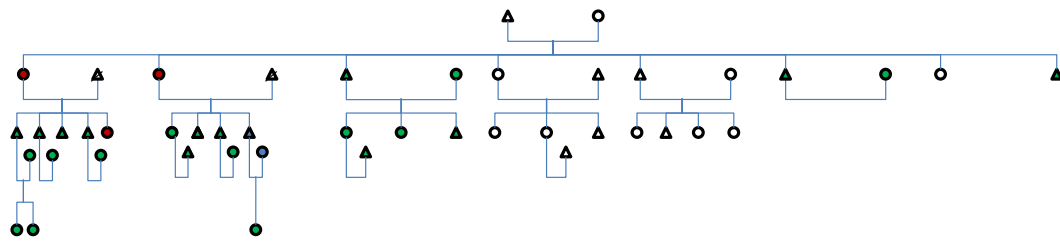


FIGURA 5 - MAPA GENEALÓGICO DA FAMÍLIA PATERNA DE RAMA



- | | |
|----|------------------------------|
| △ | Homem |
| ○ | Mulher |
| △○ | Falecidos |
| △○ | Residente no Sri Lanka |
| △● | Residente na Índia |
| △● | Residente num País Ocidental |
| △ | Rama |
| ○ | Sita |

FIGURA 6 - MAPA GENEALÓGICO DA FAMÍLIA MATERNA DE RAMA



2.2.2. Atravessando fronteiras. A viagem de Sita

Como vimos anteriormente, as relações familiares são importantes na organização das viagens para o estrangeiro e para a resolução dos aspectos práticos e tangíveis que essa organização implica. A saída implica a resolução de uma série de questões económicas e/ou burocráticas extremamente complicadas, envolvendo métodos que visam ultrapassar as barreiras de imigração impostas no Ocidente. Estas viagens incluem muitos riscos podendo mesmo ser perigosas, mas mesmo assim, as pessoas decidem seguir com os seus planos em direcção a um futuro que esperam mais promissor. Para além de tudo isso, as viagens organizadas por agentes são muito dispendiosas podendo custar muito dinheiro, dependendo do destino desejado (para Sita, cerca de 20000 euros). Os destinos mais cobiçados seriam a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Suíça e o Canadá, sendo as viagens arranjadas pelos “agentes” auxiliados muitas vezes por membros familiares. Através de agentes a emigração para fora do Sri Lanka era efectuada a partir de Colombo onde estas pessoas tinham relações com pessoas da imigração bem como com as máfias locais. As rotas são múltiplas, a maioria passando por vários países da Ásia e da Europa, outras pela Rússia. Estas rotas para além de múltiplas são complexas e flexíveis podendo ser mudadas sempre que algum problema se imponha. As trajectórias são complicadas envolvendo muitas vezes alguns períodos de paragem em países longínquos. Os agentes são as únicas pessoas que sabem no que consiste o plano da trajectória de viagem e podem mudar o seu sentido se algum problema se impuser numa das paragens temporárias.

Às 22h00 do dia 5 de Março de 2009 Sita e Rama saem de Vanni para Colombo numa carrinha, chegando no dia a seguir. Ficam a residir em Colombo durante dois meses, em casa de uns amigos, para a preparação dos passaportes e vistos iniciais. Nesta fase inicial preparam a saída do Sri Lanka com um passaporte verdadeiro.

No dia 13 de Maio saem às 04h00 de Colombo para Istambul, via Dubai, onde ficam em trânsito durante duas horas. Às 12h00 locais chegam à Turquia onde ficam durante dois dias. Vêm buscá-los ao aeroporto e levam-nos para uma casa onde são mantidos durante esses dois dias, juntamente com outras pessoas tameses do Sri Lanka. Aí rasgam os passaportes e os bilhetes de avião de modo a salvaguardarem a rota e não serem deportados para o primeiro país por onde entraram²⁷. Na Turquia, Sita pôs pela primeira

²⁷ Embora muitos países europeus tenham introduzido leis que penalizam as companhias aéreas que transportam indocumentados como forma de controlar o cada vez maior número de “migrantes

vez em causa a opção que haviam feito em sair do Sri Lanka estando grávida: estava muito frio e sentia muitas dores provocadas pelo stress da situação e dificuldades circulatórias.

Foram lhes dados passaportes indianos para saírem no dia 15 de Maio às 10h20 de Istambul, juntamente com bilhetes de avião com destino a Cabo Verde, via Lisboa. Às 13h20 chegaram a Lisboa, onde esperavam por alguém que lhes traria passaportes da Malásia com visto para Portugal. Vieram buscar os passaportes indianos, dizendo-lhes que esperassem pelos outros passaportes, que permitiriam a saída do aeroporto. Mas nunca mais chegava ninguém.

Na hora do embarque para Cabo Verde dois polícias aproximaram-se de Sita, quando Rama tinha ido à casa de banho. Disseram que o avião estava à espera deles... já se tinham apercebido de que Sita estava juntamente com Rama, a senhora das limpezas da casa de banho havia denunciado que eles estavam juntos. Foram buscar Rama à casa de banho e levaram-nos para o avião mas eles diziam que não tinham passaporte, ao que eles respondiam que não fazia mal... Sita disse que queria pedir asilo e os inspectores do SEF disseram que Portugal não lhes daria asilo.

Até agora vimos a preparação do trajecto deste casal rumo à Europa, passando pela contextualização das suas histórias de vida antes da tomada de decisão de migrar. Pudemos constatar as várias etapas do percurso até à sua chegada accidental a Portugal. Em seguida veremos como se processam as relações de Sita e Rama com as instituições encontradas em território português, desde o momento de requerimento de asilo no aeroporto de Lisboa.

económicos” que entram na Europa, as companhias não se conseguem salvaguardar da possibilidade das pessoas destruírem os seus passaportes e bilhetes ainda a bordo do avião, muitas vezes rasgando-os e deitando-os pela sanita ou ainda comendo-os.

3. CHEGADA A PORTUGAL. RELAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES.

Chegar em segurança a um território onde se defendem os direitos do Homem e onde uma vida melhor é imaginada é, desde logo, um dos primeiros objectivos de qualquer requerente de asilo. Chegar à Europa, neste caso a Portugal – quer seja como destino planeado ou como acidente de percurso é a prioridade.

Depois de todo o sacrifício anterior este é o momento do fim do percurso mas o iniciar de uma nova etapa, de uma nova vida. Dá-se então início a um processo de grande investimento no projecto presente e futuro, começando desde logo pela solicitação do estatuto de refugiado, dando as melhores provas de que a sua história é verdadeira e de que de facto se merece o estatuto.

Segundo o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, toda a pessoa “sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países.”. Os requerentes de asilo deixam os seus próprios países devido a “fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política” (Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (Artigo 1º, 1951).

De entre os milhões de refugiados existentes no mundo apenas uma pequena parte pede asilo nos países ocidentais, europeus e americanos. Ao requererem o estatuto, vêm-se confrontados com os vários sistemas de determinação do estatuto, ou seja, sistemas que decidem se eles realmente poderão ser refugiados e se lhes será concedido asilo. Neste domínio há todo um conjunto de políticas e práticas que têm que ver com os direitos individuais de requisição de asilo, tal como vários procedimentos pelos quais os requerentes têm que passar para que lhes seja, eventualmente, atribuído tal estatuto. Estão em cena variadas organizações, incluindo as governamentais (como as instâncias do Ministério da Administração Interna), bem como ONG's como o Centro Português para os Refugiados.

Neste capítulo pretende-se descrever as várias instituições responsáveis e os vários procedimentos pelos quais os requerentes de asilo passam até que lhes seja atribuído um estatuto. Portugal tem uma legislação, políticas e procedimentos que especificam o processo pelo qual um indivíduo pode ser considerado requerente de asilo.

A descrição que se segue pretende enfatizar uma dada lógica, racionalidade, e um certo grau de objectividade que como verificaremos, não existe necessariamente, havendo uma grande arbitrariedade na forma como os processos de admissão de requerimentos de asilo são feitos.

3.1. AEROPORTO DE LISBOA

Em Lisboa, quase na hora do embarque para Cabo Verde, dois polícias aproximaram-se de Sita, enquanto Rama tinha ido à casa de banho. Disseram que o avião estava à espera deles... já se tinham apercebido de que Sita e Rama viajavam juntos, a senhora das limpezas já os havia denunciado.

Após terem ido buscar Rama à casa de banho intencionavam levá-los para o avião, enquanto Sita lhes dizia que não tinham passaportes. Perante tal afirmação, os polícias retorquiam que não haveria qualquer problema, e que eles deveriam partir, como previsto, para Cabo Verde. Sita disse que queria pedir asilo e os inspectores do SEF disseram que Portugal não lhes daria asilo.

Os inspectores que se encontram no aeroporto são aqueles com quem os requerentes de asilo que entram em território português via aérea contactam primeiramente. No decorrer de uma entrevista realizada a um inspector do SEF no Aeroporto de Lisboa, este dizia-me que “a maior parte das pessoas faz desaparecer os seus documentos no avião, comendo-os muitas vezes, para que ao chegar à fronteira possam apresentar-se como indocumentados.”

Ao ter demonstrado vontade em efectuar um pedido de asilo às autoridades portuguesas, Sita e Rama foram levados para a “box” (termo usado pelo inspector entrevistado). Este espaço adjacente aos guichets de controlo da imigração do SEF é o local onde é feita uma primeira triagem e preenchida uma ficha inicial. Após essa primeira triagem Sita e Rama foram conduzidos até ao Centro de Instalação Temporária, que segundo a descrição patente no site oficial,

... tem como objectivo o acolhimento temporário imigrantes sujeitos a ordem de repatriamento e apátridas e cumprem os mais elevados padrões de respeito pelos direitos e dignidade humana. in (<http://www.imigrante.pt/site-cit/>)

Com uma lotação de cerca de vinte pessoas, existe o cuidado de alojar os requerentes de asilo à parte dos outros, os meros indocumentados, pois segundo o inspector “os requerentes de asilo são mais complicados, podem tornar-se violentos, até para consigo mesmos”.

Aí é iniciado o processo, com algumas entrevistas por parte de inspectores do SEF e também por parte do CPR. A resposta em relação a cada caso terá que ser dada num prazo máximo de cinco dias. Portanto esse é o número máximo de dias de permanência possível no CIT. Este é o procedimento para as pessoas que dão entrada num posto de fronteira como o aeroporto, como foi o caso de Sita e Rama. Para aquelas que vêm por exemplo, por via terrestre, é-lhes exigida a apresentação do pedido de asilo durante os primeiros oito dias de permanência no país, cabendo então ao SEF a resposta à *admissão* de um pedido de asilo num período máximo de vinte dias.

Uma das primeiras averiguações refere-se ao local de primeira entrada no espaço europeu, ou seja, pretende-se perceber se a pessoa que se encontra a pedir asilo deu entrada noutra país que não Portugal primeiramente. Esse primeiro Estado seria, nessa situação, o responsável pelo processo de requerimento de asilo.

Após as primeiras entrevistas e caso se considere que não existem os requisitos para efectuar um pedido de asilo, exige-se o abandono do país em dez dias ou a apresentação de um pedido de reapreciação nos cinco dias subsequentes, redigido pelos juristas do CPR em nome do requerente. Caso não haja possibilidade de se iniciar um processo de asilo a pessoa é enviada no próximo avião para o país de origem. É escoltada pelo pessoal do SEF até ao avião, por se tratar de uma situação muito frustrante para o ex-requerente:

As pessoas não querem ir, barricam-se nas casas-de-banho, tentam matar-se algumas vezes pois dizem que sempre é melhor morrer na Europa do que voltar e ser perseguido. Já houve casos de pessoas que se esconderam sob o tecto falso do CIT..., refere o inspector.

Mas esse não foi o caso de Sita e Rama. Tendo à partida, requisitos essenciais para que pudessem pedir asilo, foram mantidos durante uma semana no CIT. Quando chegaram ao Centro de Instalação foram levados para quartos diferentes, pois o

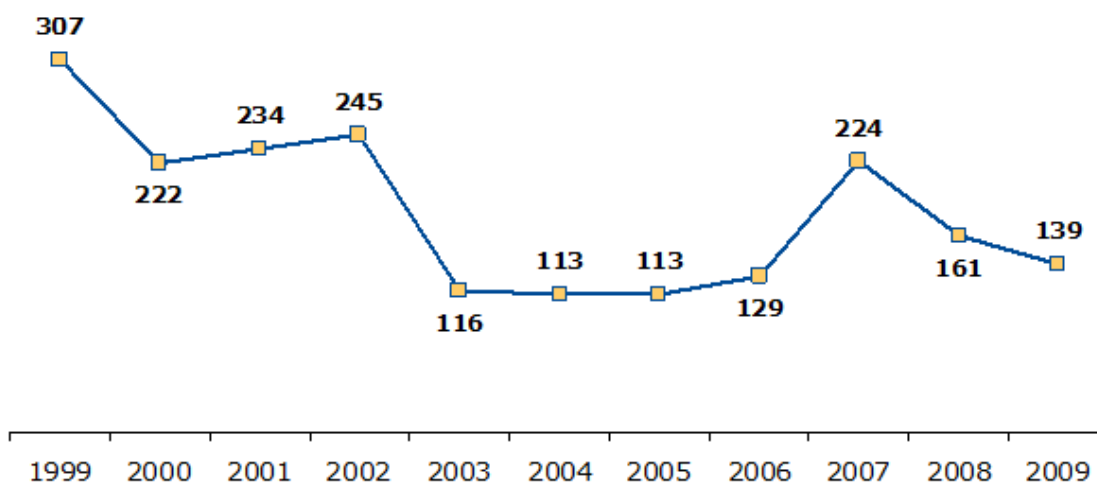
espaço encontra-se dividido entre a ala masculina e a feminina. No meio das duas alas, Sita disse haver “um quadrado com paredes e sem tecto” o único local considerado espaço ao ar livre, de onde poderia vislumbrar o céu.

Sita encontrava-se grávida de cinco meses, e cheia de dores nas costas e nas pernas, pelo que pediu para ser observada por um médico. Foi escoltada pela polícia até ao Hospital de Santa Maria, onde foi atendida e medicada.

No CIT permaneceram durante sete dias, respondendo a um grande número de questões, primeiro por parte dos inspectores do GAR (Gabinete de Asilo e Refugiados) e depois através de uma entrevista realizada por uma entidade imparcial, o Centro Português para os Refugiados. Cada um dos membros do casal foi sujeito a um interrogatório individual, para que as respostas pudessem ser comparadas e aferida a veracidade ou não dos factos relatados. Em finais do mês de Maio Sita e Rama chegaram ao Centro de Acolhimento de Refugiados na Bobadela.

3.2. CPR / CAR

Como se verifica no gráfico abaixo, os requerimentos de asilo têm oscilado, no período compreendido entre 1999 – 2009, de forma a não se conseguir vislumbrar uma tendência. No entanto, e segundo dados do SEF (Relatório de Imigrações Fronteiras e Asilo 2009), no ano de 2009 verificou-se uma diminuição dos pedidos de asilo face ao ano anterior.



O Centro Português de Refugiados (CPR)²⁸ é uma organização não-governamental para o desenvolvimento que se dedica a apoiar os requerentes de asilo e refugiados em Portugal. O CPR possui um Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR)²⁹, onde acolhe temporariamente os requerentes de asilo numa primeira fase do seu processo. Caso a pessoa seja admitida torna-se oficialmente um *requerente de asilo*, passando o Instituto de Segurança Social (ISS, I.P.) a ser responsável pelo apoio a prestar a partir desse momento. O requerente de asilo recebe então uma *Autorização de Residência Provisória*, num momento em que apesar de ainda não ser um refugiado, é quando a investigação para o pedido pode avançar. Depois de ultrapassada esta primeira etapa, inicia-se a investigação e a instrução do pedido, feitas pelo SEF, que por sua vez tem 60 dias para apresentar um relatório. Apesar de o relatório ser efectuado pelo SEF, este organismo consulta também outras instituições tais como consulados e outros relatórios feitos pelo CPR. Por fim, o relatório é entregue ao Ministério da Administração Interna, que tem 8 dias para decidir sobre o procedimento.

The reception and integration policies of European states vary widely, from the highly centralized state-sponsored programmes of the northern European countries to the minimal social assistance provided by the countries of southern Europe. The reception policies of a growing number of European states emphasize the

²⁸ “Constituído em 20 de Setembro de 1991, o Conselho Português para os Refugiados (CPR) é uma Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) sem fins lucrativos, independente e pluralista, inspirada numa cultura humanista de tolerância e respeito pela dignidade dos outros povos. O seu objectivo principal é promover, através de análises, trabalhos e trocas de informações, uma política de asilo mais humana e liberal, a nível nacional e internacional.” (in http://www.refugiados.net/_novosite/apresentacao.html).

²⁹ O primeiro Centro de Acolhimento da Bobadela (CAB) foi inaugurado em 1999, pretendendo servir de local de alojamento para os requerentes de asilo nos primeiros meses de permanência em Portugal. Tratando-se de um local de alojamento transitório, esse centro tinha a capacidade de alojamento de 24 pessoas. Por se tratar de um espaço pequeno e cientes da necessidade de um espaço com outras dimensões e condições, para o desenvolvimento de outras actividades e de prestação de outros serviços para além do mero alojamento, o CPR acabou por abrir no ano de 2006 um novo espaço²⁹ constituído por um Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), o Espaço Infantil “A Criança” - uma Creche/Jardim de Infância (que para além de receber as crianças do CAR recebe as da freguesia da Bobadela e de S. João da Talha, “permitindo aos filhos dos requerentes de asilo e refugiados um maior convívio com as crianças da sociedade de acolhimento” (in http://www.refugiados.net/_novosite/car/car.html), um Polidesportivo e um jardim público. Desta forma o CPR conseguiu um espaço que para além de colmatar a questão do alojamento dos requerentes de asilo, pretende funcionar como um espaço onde possam convergir e interagir os requerentes de asilo, os refugiados e a comunidade local.

establishment of specialized reception centres for the new arrivals as a way of meeting their immediate and pressing needs and facilitating the determination process (European Commission, 2001). (Korac, 2003: 39)

O CAR é um centro de alojamento transitório aberto, já que os seus residentes têm a liberdade para sair e entrar do centro durante o dia. Ao contrário de outros centros para requerentes de asilo por toda a Europa, nos quais os requerentes de asilo se encontram fechados, assemelhando-se mais a centros de detenção³⁰ já que se encontram isolados do mundo exterior, o CAR permite a entrada e saída, existindo apenas um horário para a primeira saída e a última entrada no centro, tendo em conta que se trata de uma instituição onde se encontram alojadas várias pessoas.

Enquanto esperavam a resposta ao pedido de asilo, é no Centro que Sita e Rama ficaram alojados. Com uma capacidade para cerca de 35 requerentes de asilo, divididos por 9 quartos, nem sempre o espaço é suficiente para o número de requerentes existentes, tendo por vezes que se improvisar mais umas camas ou mesmo enviar requerentes para hotéis e pensões no centro da cidade de Lisboa.

Existe um quarto adaptado para deficientes, 2 quartos adaptados para casais com filhos (visivelmente insuficientes provocando grandes transtornos ao ter que se separar famílias à chegada do centro), 2 quartos para mulheres e 4 quartos para homens. Para além dos quartos que se encontram no primeiro andar do edifício, o CAR dispõe ainda de uma sala de convívio e refeições, um gabinete médico (sempre fechado pois não há serviço médico disponível para os utentes), uma cozinha e um pátio que são exclusivamente para o uso dos residentes do centro. O CAR tem ainda

³⁰ “Men, women and children; gypsies, Togolese, Georgians, Kosovars or Colombians; all flow every week to the gates of Switzerland. They are fleeing war, dictatorship, persecution or climatic or economic crises. After a trip that is usually life-endangering, all these people end up in one of the five registration and processing centres, among which is Vallorbe. In this austere place of transit, subject to a regime of semi-arrest and forced leisure, the applicants wait for the Confederation to decide on their fate. Sitting in front of them, some men and some women, also from diverse origins, organize the reception of the applicants and their stay. These are the people that must carry out the difficult task of applying the most restrictive asylum law in Europe, passed in September 2006, and deciding, from two statements, the legitimacy of their demands. Among this staff and the applicants there are exchanges of looks, sometimes condescending, sometimes distrustful, often questioning and also quick. The film shows the cultural divide and the difference in status, between those who take the decisions on one side and the applicants on the other, which is an everyday reality.

THE FORTRESS submerges us into the heart of this daily selection of human beings. An old luxury hotel surrounded by barbed wire; access to the centre with a camera was only authorized after long negotiations with the authorities. Here is an unedited process that permits us to show frankly, and with deep respect, small pieces of destinies and the difficult exchanges that mark life at the centre.” (in http://www.cccb.org/en/audiovisual-la_forteresse_the_fortress-28835).

equipamentos³¹ que se destinam a requerentes de asilo e refugiados como o apoio social, jurídico, as aulas de português e de informática e a UNIVA (que se destina também à comunidade local).

Para além dos espaços referentes ao alojamento, o CPR garante após as primeiras semanas de permanência no CAR um apoio pecuniário para a compra do passe, de modo a permitir o deslocamento para fora da área da Bobadela.

O CAR encontra-se nessa freguesia da grande Lisboa, localizando-se no entanto os vários serviços aos quais os requerentes de asilo pretendem aceder no centro da cidade: desde o SEF, à Santa Casa da Misericórdia, os vários hospitais (Hospital Curry Cabral e Hospital de S. José). Nos primeiros dias foram fornecidos bilhetes pré-comprados a Sita e Rama, nas primeiras idas ao SEF. Passados alguns dias a assistente social do CAR preencheu os formulários com os seus dados para a obtenção de cartões / passes de transporte.

Todas as segundas-feiras Sita, tal como os outros requerentes de asilo recebiam alguns alimentos que eram distribuídos aos habitantes do centro e a outros utentes do centro (os que residiam proximamente), fornecidos pelo Banco Alimentar Contra a Fome e outras instituições colaboradoras. Se por essa via Sita recebia arroz, farinha, massas, e por vezes alguns produtos frescos como vegetais e frutas, semanalmente era-lhe dado um valor em dinheiro de bolso para que pudesse comprar alimentos complementares, como por exemplo, carne e peixe.

No CAR os requerentes têm a possibilidade de cozinhar eles mesmos, ao contrário das políticas de funcionamento de muitos outros centros de acolhimento da União Europeia, nos quais é fornecida a comida já pronta, homogeneamente preparada. Assim, e devido a existência da cozinha, Sita podia preparar as refeições de acordo com as suas tradições alimentares. A cozinha era, de facto, um espaço que desempenhava um papel muito importante no desenvolvimento das dinâmicas interpessoais, ao mesmo tempo que permitia a manutenção, dentro do possível, de hábitos alimentares.

Para todos os habitantes do centro bem como para os ex-residentes, existe o atendimento por parte das assistentes sociais do Centro de Acolhimento. Os

³¹ Existem também outros equipamentos para uso não específico para requerentes, mas também para a comunidade local como o Auditório Ângelo Vidal D’Almeida Ribeiro, uma Biblioteca/Mediateca e um Quiosque de Internet.

atendimentos sociais são dirigidos a três grupos diferentes de utentes do CPR, cada grupo tendo um horário de atendimento específico. A prioridade é sempre dos habitantes do centro, já que se encontram numa situação mais vulnerável, incerta e insegura, daí necessitarem de um grande apoio social. De resto, logo após a chegada ao centro, foi a assistente social que recebeu Sita e Rama, dando-lhes as primeiras informações sobre o funcionamento do mesmo e as regras gerais. Foi precisamente nesse primeiro atendimento que a assistente social falou com eles de modo a tentar perceber melhor as suas situações individuais, as suas histórias de vida, para melhor poder apoiá-los. Informou-os também dos horários dos atendimentos, da tesouraria, da cozinha e da lavandaria. Muitas outras regras como a responsabilidade de limpar o seu quarto, que estão também descritas no regulamento do CAR, também lhes foram explicitadas nessa primeira entrevista.

Sita referiu sentir-se, perante tantas informações, confusa. Talvez esse momento não tivesse sido de todo o melhor para a passagem desse tipo de informações, já que se tratava do momento em que ela e o marido acabavam de chegar. A informação passada nessas condições não foi, obviamente, retida. Talvez devido ao excesso e à própria situação da passagem, ou devido ao nervosismo e à confusão de estar num sítio novo, que tornar-se-ia ser nos próximos tempos a sua “casa”.

Depois desse primeiro atendimento e cada vez que necessitasse do apoio da assistente social, Sita poderia dirigir-se ao seu gabinete duas vezes por semana num horário restrito - o que é visivelmente insuficiente, já que era precisamente com o passar do tempo que surgiam as questões: ao passar muito tempo no centro, dias e noites inteiras, era precisamente depois dos primeiros dias que as dúvidas e inquietações começavam a surgir.

Os habitantes do centro encontram-se numa fase de vida muito instável, desconhecendo o seu futuro; as incertezas representam muitas vezes problemas a nível de saúde³² mental e física (Santinho 2009).

³² Sobretudo os habitantes do centro, mas também outros requerentes de asilo e refugiados recorrem muito ao apoio na área de saúde, e trazem problemas muito diversos, tal como se verificou durante a permanência no CAR no âmbito do projecto «Estudo sobre a saúde dos refugiados numa perspectiva de vulnerabilidade», no qual se pretendeu aprofundar as questões relacionadas com a saúde física e mental dos refugiados e requerentes de asilo em Portugal, em particular os aspectos resultantes do sofrimento inerente à condição de refugiado, através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Através da equipa no terreno pudemos encaminhar os requerentes para os centros de saúde na Bobadela e em Sacavém ou para hospitais em Lisboa. Sempre que possível, fez-se o acompanhamento do requerente de asilo ao serviço de saúde colmatando a falha desse tipo de serviços já que o Centro conta com muito poucos técnicos. Já que todos os utentes do centro são estrangeiros e, sobretudo os requerentes de asilo, não dominam ainda a língua portuguesa, torna-se imprescindível o acompanhamento nem que seja por questões relativas à

Sita chegou ao CAR no último trimestre de gravidez. Para além de toda a ansiedade provocada pelo processo de saída do seu país, do empreendimento da viagem, experienciar uma primeira gravidez num país que não é o seu representou um factor acrescido de ansiedade.

Desde as questões respeitantes à gravidez, ao parto e relativamente ao nascimento e crescimento da criança em Portugal, o nosso encontro tornou-se para Sita uma parte importante do seu dia-a-dia no CAR. Para além da identificação de género, o facto de se encontrar um meio de comunicação (muito embora o seu inglês fosse bastante fraco e eu não falasse tamil) permitiu alicerçar uma relação de confiança no qual o acompanhamento foi total, desde as várias consultas durante a gravidez até ao nascimento de Kusha.

3.3. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA

Como já foi referido anteriormente, e no que diz respeito ao alojamento, o CPR apoia sobretudo numa primeira fase, logo após a chegada a Portugal, num período em que os requerentes aguardam uma resposta sobre o seu pedido de asilo. Assim oferece alojamento à maior parte dos requerentes de asilo no seu centro de

tradução, precavendo situações desagradáveis nos diferentes serviços de saúde. Assim pode acontecer que ao chegarem a um serviço de saúde em vez de ser atendidos são reencaminhados para outros serviços, onde por sua vez vão ser reencaminhados para outro novamente. Ou no momento da marcação de um atendimento no serviço de saúde em que lhes é pedido o número do cartão do Serviço Nacional de Saúde, cartão esse que os requerentes de asilo ainda não têm. Mesmo que tenham direito ao atendimento, apenas porque não dominam a língua e portanto não percebem a situação não sabendo defender-se, os requerentes acabam por se ir embora, sem ser atendidos.

Ciente dos problemas de saúde e de modo a poder encaminhar melhor os utentes o CPR estabeleceu vários protocolos: desde 1998 com o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) onde são enviados para uma primeira consulta todos os requerentes de asilo poucos dias após a sua chegada ao centro. O IHMT faz o despiste de doenças infecto-contagiosas e de doenças endémicas nos países de origem; desde 2003, um protocolo com os Centros de Saúde e Hospitais e CAVITOP (Centro de Apoio à Vitima de Tortura Psicológica). As pessoas que necessitam de avaliações psicológicas e/ou de acompanhamento psiquiátrico são encaminhadas para a CAVITOP. Existe ainda uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), através do Serviço de Emergência Social, que proporciona assistência médica gratuita nas especialidades de oftalmologia, estomatologia, psicologia, materna-infantil, planeamento familiar, ginecologia e clínica geral. No caso de requerentes de asilo grávidas, estas são enviadas para a Maternidade Dr. Alfredo da Costa. (Associação GIS, 2009).

acolhimento para refugiados, podendo alguns ficar alojados em pensões como por vezes famílias ou pessoas que chegam por via terrestre a Portugal.

Embora normalmente os requerentes precisem de alojamento, também se verifica a existência de alguns que já chegam a Portugal com algum contacto pré-estabelecido, de algum familiar ou de um amigo, e com eles se instalam. De qualquer das formas, é responsabilidade do CPR garantir o alojamento nesta fase inicial dos pedidos.

Quando se obtém uma decisão positiva, é atribuído o Estatuto de Refugiado ou a Autorização de Residência por Razões Humanitárias. O estatuto de refugiado é nos últimos tempos muito pouco frequente, sendo na maioria dos casos atribuída uma Autorização de Residência por Razões Humanitárias. Caso se trate de uma decisão negativa a pessoa em questão tem um prazo de 30 dias para abandonar o território nacional ou 20 dias para pedir um recurso ao Supremo Tribunal Administrativo e Fiscal. Neste período em que se encontram numa situação de *ausência de estatuto*³³, estes indivíduos ficam muito vulneráveis, pois tão pouco têm acesso ao apoio do Instituto de Segurança Social.

Quando receberam a notícia de que lhes havia sido concedida a Autorização de Residência por Razões Humanitárias, Sita e Rama começaram a procurar uma casa, já que sabiam que em seguida iriam passar a receber um subsídio da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa³⁴, que subvencionaria não só a habitação mas também os gastos referentes a alimentação bem como com os transportes.

No seu caso, e visto que acabavam de ter uma criança, esta entidade seria também a responsável por prestar formações sobre cuidados puerperais bem como com a satisfação das necessidades materiais e práticas relacionadas com o recém-nascido (desde roupas, a berços, fraldas, etc).

³³ Nessa situação e caso a lotação do Centro esteja completa, os requerentes são obrigados a sair do Centro sendo encaminhados para outras instituições de solidariedade social que nada têm a ver com a sua condição de requerentes de asilo: casas para sem-abrigo, Exército da Salvação ou abrigos para toxicodependentes, para não se tornarem indigentes sem tecto. O CPR, por vezes, ainda apoia algumas pessoas numa fase mais avançada, em situações de extrema carência económica e depois de efectuada uma análise individual do caso, embora a prestação do auxílio devido seja muito difícil por falta de verbas para esse efeito.

³⁴ Até Dezembro de 2003 e de acordo com o previsto no art.º 50 da Lei de Asilo (Lei 15/98 de 25 de Março) era o Instituto de Segurança Social o responsável pela atribuição de apoio social aos requerentes de asilo admitidos em Portugal. A partir de Janeiro de 2004 essa responsabilidade passou a ser da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na área correspondente ao concelho de Lisboa. Fora desta área são os vários Centros Distritais da Segurança Social que deverão prestar esse apoio.

Até agora vimos como se processou a chegada de Sita e Rama a Portugal e a relação em termos burocráticos que mantiveram com as instituições primeiras de acolhimento: logo nos primeiros momentos no Aeroporto de Lisboa, depois o CAR e por fim a Santa Casa da Misericórdia.

Em seguida, pretendo apresentar a teia de relações sociais que o casal foi construindo à medida que o tempo, em Portugal, vai passando. Deste modo, veremos primeiramente as socializações presentes no CAR e, posteriormente, as criadas a saída do Centro. Apesar de não significar o corte de relações com as pessoas do Centro, a saída representa o início da constituição de uma pequena rede de pessoas vindas do Sri Lanka, requerentes de asilo mas também migrantes económicos que se relacionam por via da partilha da língua e dos valores, numa estratégia conjunta de conseguirem fazer face às suas necessidades básicas neste novo país. Veremos como estas relações são particularmente importantes no momento de procurar trabalho e casa.

4. VIDA EM PORTUGAL. FORMAÇÃO DE REDES DENTRO E FORA DO CAR.

4.1. REDES

A diáspora evoca necessariamente a metáfora da viagem: o atravessar de fronteiras, os deslocamentos, o cruzar de espaços/tempos. Embora o termo tenha sido usado originalmente para descrever o movimento de judeus, foi também sendo usado em contextos mais secularizados, como por exemplo, na descrição de populações migrantes, quer voluntárias ou involuntárias. No âmbito da antropologia, James Clifford apresenta-nos uma interessante sinopse dos seus vários usos na academia, demonstrando que acima de tudo, se trata de um termo que não descarta ambivalências: talvez por isso embora não apareça aqui entre aspas, deveremos lê-lo como se acompanhado de umas aspas invisíveis. Sabemos que pode ser redutor e ofuscar outros tantos sentidos – “...one should problematize the concept of the diaspora, not to deny to it its authenticity as a state of experience but to qualify, complexify and interrogate it in order to understand it better” (Satchinandan:15). Segundo Appadurai, o Estado-Nação está em crise e os processos de migração e comunicação actuais levarão a uma desterritorialização de identidades num mundo que tornar-se-á culturalmente hibridizado através do aumento das populações diaspóricas e os fluxos globais de imagens, finanças, tecnologias e ideologias. Sugere “think beyond the nation” (Appadurai:1996) ao imaginar um novo tipo de soberania que substitua territorialidade por translocalidade.

As autoras de *Nations Unbound* sugerem-nos, por sua vez, uma definição de

“transnationalism” as the processes by which immigrants forge and sustain multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement. (Glick Schiller et al.,1994:7).

Através da circulação local e global de imagens e textos populares – *mediascape* - via novas tecnologias emerge uma identidade transnacional do que é ser-se tamil do Sri Lanka em contexto de exílio. Como referiu Appadurai (1996) os cidadãos globais usam as imagens dos media de modo a imaginar as suas vidas em maneiras complexas; estas imagens mediáticas oferecem pedaços de realidade que moldam a forma como eles se

compreendem a si próprios mas também os outros. No geral, as teorias relacionadas com o estudo da diáspora referem-se às questões relativas às identidades, às identidades emergentes. Gilroy (1997) reforçou a ideia de que o conceito de diáspora “puts emphasis on contingency, indeterminacy, and conflict” (p. 334), tratando-se de um tipo de identidade que é dinâmica, emergindo de tensões criadas a partir das diferenças culturais.

A óptica transnacional transcende o espaço nacional fornecendo ao público da diáspora um vocabulário semelhante e compartilhado para a percepção de uma comunidade de pertença única, através da localização de experiências nessa comunidade transnacional, um grupo que começa a imaginar (se) juntos. Isto faz com que os indivíduos se localizem historicamente, e permite a criação de “moradas” globais mas situadas localmente.

Neste capítulo iremos perceber como se constroem as redes sociais de Sita e Ram, primeiramente durante o período de permanência no CAR e depois entre as pessoas vindas do Sri Lanka que com eles se vão cruzando em Portugal, quer sejam requerentes de asilo ou migrantes laborais. Por fim verificaremos como se processa a manutenção de contactos e a pertença a uma rede que ultrapassa o território português, situando-os numa teia familiar que oscila entre a Índia e o Reino Unido.

4.1.1. Dentro do CAR

Segundo os dados apresentados no *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo* publicado pelo SEF em 2010 e referente ao ano de 2009, os refugiados em Portugal constituem um grupo bastante diversificado no que diz respeito à sua origem geográfica³⁵, sociocultural, linguística e de classe, sendo que a sua particularidade de estatuto (ou de solicitação do mesmo) denota, desde logo, uma trajectória significativamente diferente da dos imigrantes que escolheram Portugal para desenvolver o seu projecto de vida.

³⁵ Durante a minha presença no Centro (de Abril a Setembro de 2009), constatou-se uma grande variedade quanto aos países de origem dos requerentes de asilo, tendo podido verificar várias nacionalidades provenientes de diferentes continentes como Ásia, África, América e Europa.

O CAR é o local por excelência onde se jogam todos os aspectos da vivência dos requerentes de asilo nos primeiros meses. É neste local que os indivíduos pensam o presente e o futuro, tentando adaptar-se ao novo país e sociedade onde acabam de chegar, do qual desconhecem as regras, os costumes, a língua. Antes de conseguirem uma casa, um emprego, ou seja, antes de verem satisfeitas as necessidades de segurança básicas e essenciais, os requerentes de asilo começam por ter que se adaptar ao espaço do CAR e aos outros indivíduos com quem têm que conviver nos primeiros meses no novo país de acolhimento. Seja no quarto ou nos espaços comuns, a convivência é inevitável, mas nem sempre fácil. Os espaços tornam-se pequenos para tantos utilizadores, surgindo muitas vezes conflitos, mal-entendidos mas também solidariedades e relações de amizade.

Entre as negociações para se perceber qual o programa de televisão a ver (há apenas uma televisão na sala de convívio), as pessoas esperam, não agindo, sentindo que o dia-a-dia nada traz de novo, estando “entretidos” mesmo que à força. Esperam pela decisão do SEF que, não poucas vezes, tarda pelo menos dois meses em chegar. Por isso, quando estão no Centro Sita e o marido passam a maior parte do tempo no seu quarto, onde têm privacidade. Eles ao contrário de outras famílias, tiveram a sorte de ter tido sempre um quarto familiar: veja-se por exemplo, o stress pelo qual passou uma família iraniana quando depois de alguns dias no mesmo quarto (de tipo familiar) foi obrigada a separar-se, tendo a mãe e filha sido transferidas para um quarto comum (com outras mulheres) e o pai para outro quarto comum masculino.

A quase inexistência de redes sociais ou familiares de apoio faz com que no centro se forjem relações entre homens, mulheres e crianças. Os menores não acompanhados, por exemplo, acabam por ser “adoptados” por alguma família no sentido em que enquanto estão no Centro se estabelecem relações dessa natureza – familiar - uma família monoparental com um filho que ao preparar comida para si prepara também para o menor não acompanhado. Normalmente este tipo de relações baseia-se em proximidades culturais e geofísicas, embora não seja regra.

Logo após a chegada ao CAR, e depois de efectuada a visita *pro forma* com a assistente social, Sita e o marido foram de imediato encaminhados para outro requerente de asilo, Srinivas, também ele tamil do Sri Lanka que, desde logo, e por ser mais novo que Sita, passou a tratá-la por *aka* (irmã mais velha). À semelhança desta relação, todos os

requerentes de asilo que viriam a chegar oriundos desta zona geográfica acabavam por estabelecer relações próximas entre eles: era comum, por exemplo, que Sita cozinhasse para os recém-chegados do Sri Lanka nos primeiros dias. Também era normal o acompanhamento dos recém chegados ao centro de Lisboa e nas primeiras idas ao SEF. Srinivas ajudava sobretudo prestando serviços a nível linguístico, já que Sita e Rama falavam sobretudo tamil, falando muito pouco o inglês - a relação com as instituições tornava-se assim, de início, bastante complicada devido a questões de ordem linguística.

Como se verificou nos meses subsequentes à chegada do casal, outros homens chegariam³⁶, tameses e não tameses: mesmo aqueles que não eram de origem tamil, os cingaleses, acabavam por criar relações uns com os outros, pois a pertença ao mesmo país era neste contexto um factor aproximativo, mesmo que não falassem a mesma língua e à partida pudessem ser considerados “inimigos”, a maioria cingalesa que oprime a minoria tamil.

Saindo das fronteiras do país, Sita e Rama também criaram relações privilegiadas com um rapaz paquistanês que veio sozinho, por terra. Este rapaz pashtun, ao contrário de Sita e Rama que entraram por espaço aéreo chegou a Lisboa após um longo percurso via terrestre, tornou-se íntimo do casal bem como de uma família iraniana constituída por um pai, uma mãe e uma filha adolescente. A senhora iraniana por se encontrar na faixa etária da mãe de Sita e pelo facto de ser mulher tornou-se num grande apoio no que concerne as questões surgidas pela vivência quotidiana de uma gravidez em exílio. Nesta pequena rede de pessoas com quem Sita se relacionava, encontramos também Tracy, uma jovem do Zimbabwe, portanto africana como muitos outros requerentes, mas para Sita e Rama diferente, “não parece africana, é mais como nós. Podia perfeitamente ser uma rapariga tamil” dizem. Quando vão ao Martim Moniz telefonam-lhe para perguntar se ela quer acompanhá-los e frequentam a sua casa³⁷, da qual gostam muito.

³⁶ Segundo os dados do SEF, em 2007 houve 6 pedidos de asilo por cidadãos do Sri Lanka, ao passo que no ano de 2008 o número de pedidos subiu para 26. No período em que estive no Centro conheci 4 requerentes de asilo do Sri Lanka, todos eles tamil; mas após o final do trabalho de campo chegaram quatro indivíduos mais, que tive oportunidade de conhecer na festa dos seis meses de Kusha. Curiosamente, estes quatro indivíduos eram cingaleses.

³⁷ Apesar de terem convivido inicialmente no Centro juntos, Tracy conseguiu rapidamente o apoio da Santa Casa da Misericórdia para o aluguer de casa, tendo tido que abandonar o Centro pouco tempo depois de Sita e Rama terem chegado.

4.1.2. Fora do CAR

Da mesma forma que se formam redes dentro do CAR levando à sociabilização entre requerentes de várias origens, também uma rede fora do Centro começava a existir. Se para Sita e Rama as primeiras saídas do Centro representavam apenas o solucionar de questões burocráticas como a ida ao SEF, por exemplo, rapidamente essas saídas se tornavam em momentos de lazer e de convivência. Sita e Rama saíam para se encontrar com ex residentes do CAR que, por já terem saído do Centro viviam nas suas casas, muitos já trabalhando e com um acesso à sua própria rede de contactos, mais alargada. O encontro com pessoas vindas do mesmo contexto geográfico despertava uma grande curiosidade: quem são, de onde vieram e como vieram... as perguntas sobre o passado eram realizadas com alguma cautela, sendo mais normal as conversas relacionadas com o presente e a partilha das expectativas em relação ao futuro.

Na verdade, o acesso a uma comunidade preexistente de pessoas (Dona & Berry, 1999) ajuda no processo inicial de integração, dando algum apoio nesta fase do processo que, é de alguma forma, catalisadora de grande stress emocional. Assim, e no caso de Sita e Rama, a existência de um pequeno enclave do Sri Lanka aligeirava em parte a insegurança que sentiam no apoio prestado institucionalmente. Como é natural, o primeiro passo para uma hipotética integração na comunidade local partiria sempre do estabelecimento de ligações com a comunidade³⁸ pré-existente de cidadãos do Sri Lanka, refugiados ou não.

A maioria dos cingaleses a residir em Portugal são homens, com idades entre os vinte e os 45 anos. Entre a comunidade dos requerentes de asilo e ex-requerentes,

³⁸ Ciente do uso muitas vezes mal definido do conceito de comunidade, utilizo-o aqui como descrito por Miguel Chaves (2000): "...um conjunto de representações colectivas e sentimentos de pertença (*comunidade de representações*) que se constituem dialecticamente por relação a um conjunto de práticas e interacções sociais (*comunidade de práticas*). A comunidade de representações é responsável pela constituição e manutenção da comunidade de práticas, dado que sustenta os princípios que lhe subjazem, estabelecendo obrigações e deveres recíprocos através da valorização de determinados vínculos preferenciais e da construção de expectativas interpessoais. Mas, ao mesmo tempo que essas representações possibilitam a existência e a reprodução de um conjunto de práticas colectivas são, por estas últimas, possibilitadas, designadamente através dos contextos de negociação e actualização que as situações de interacção propiciam. As vivências comunitárias tendem a espacializar-se, a incluir e a excluir pessoas, sendo que os próprios sentimentos de pertença se projectam sobre determinados espaços e sobre determinados grupos e pessoas. (p.9).

Sita era a única mulher, não tendo com quem partilhar de perto e na sua língua materna, o tamil, as expectativas, ansiedades em relação a si, ao futuro, ao seu bebé. A chegada de Kala representou para Sita a chegada de uma “irmã”, já que finalmente teria alguém com quem partilhar os códigos culturais da terra, e descobrir o sentido dos novos que se apresentavam na sociedade portuguesa. Casada desde 2007, Kala vivia na Índia com os seus sogros, já que Arular o marido trabalhava em Inglaterra como chef de cozinha num restaurante de uma grande cadeia de restaurantes de comida de fusão. Depois de quase 8 anos a viver em Inglaterra, o patrão de Arular propõe-lhe um lugar de chef numa outra capital europeia, Lisboa. Arular aceita o desafio e propõe a Kala que o acompanhe nesta nova cidade. O processo de reagrupamento familiar, que permite a chegada de Kala tarda e, após cerca de dois anos, em Agosto de 2009, chega Kala a Lisboa.

Logo após o nascimento de Kusha Sita referia:

...aos 41 dias é cortado o cabelo da bebé e são furadas as orelhas. Também é o dia que a mãe volta, pela primeira vez após o parto, ao templo. Dá-se uma colher com açúcar derretido à criança. Faz-se uma festa muito grande, que é muito importante, mas aqui não será a mesma coisa. O espaço e as pessoas que lá estão, não será a mesma coisa.

Embora *não fosse a mesma coisa*, a verdade é que a festa dos 41 dias concretizou-se já fora do Centro, tal como desejava Sita. A fase pós-parto não foi fácil, pelo facto de estar preocupada por ter que procurar casa urgentemente (segundo o CAR³⁹), pois já havia recebido o dinheiro do subsídio da Santa Casa da Misericórdia. A preocupação advinha do facto de após a procura de algumas casas, ter constatado a dificuldade em arranjar um T2 (tipologia de casa exigida pela Santa Casa da Misericórdia) por 400 € (valor do subsídio de renda da casa atribuído pela Santa Casa). Sita acha que por esse valor seria mais fácil conseguir um apartamento T1, não entendendo na verdade porque é que sendo um casal com um recém-nascido lhes era exigida uma casa de tipologia T2, que para ela é

³⁹ Ao ser atribuído ao requerente de asilo a subvenção para o aluguer de uma casa o CAR inicia uma certa pressão para que o requerente possa sair e deixar vago o quarto ocupado até então. O condicionamento a nível de espaço no próprio Centro é em grande parte o motivador da pressão.

...uma casa grande, tão grande! Eu sempre vivi em espaços mais pequenos e com mais gente em casa!

Se num primeiro momento é a concessão da primeira Autorização de Residência por Razões Humanitárias (cuja validade é de 4 meses) que mais preocupava Sita, a procura de casa representou um segundo momento de grande tensão devido ao facto de ter que conciliar o momento de concessão do subsídio com o encontro da casa pretendida. Embora estivessem com medo de não conseguir, e ter que celebrar a festa dos 41 dias de Kusha no CAR, Sita e Rama conseguiram ainda algumas semanas antes da festa fazer a mudança para a sua nova casa.

Receberam os amigos (a maioria requerentes de asilo mas também outras pessoas como Kala e o marido por exemplo) e prepararam um jantar vegetariano (embora não sejam vegetarianos em situações e dias auspiciosos, bem como à sexta-feira apenas comem comida vegetariana). Kala, que se encontrava em Portugal há poucas semanas ajudou nos preparativos para a festa e na confecção de todos os pratos. Kala e Sita tornar-se-iam grandes amigas, frequentando a casa uma da outra, e o marido de Kala acabaria por conseguir arranjar um trabalho para Rama num restaurante próximo do seu.

Embora pequenas, as redes que se formam representam a possibilidade que os indivíduos têm de colmatar as necessidades básicas quando chegados ao novo contexto: seja a procura de uma casa ou o encontrar um trabalho, é através de contactos com indivíduos já estabelecidos que mais facilmente se encontra trabalho num contexto completamente novo, onde tudo é desconhecido, começando na língua.

4.2. ACESSO A CASA E TRABALHO

Depois de terem estado numa casa em Sacavém, opção pragmática pois o CAR situa-se na Bobadela e nos primeiros tempos mantém-se uma certa dependência em relação ao Centro e aos seus serviços (quer no que respeita o apoio da assistente social, quer nas aulas de português), à medida que o tempo vai passando Sita e Rama sentem a necessidade de procurar uma casa mais próxima do centro, perto do local onde trabalha Rama. O tempo que despense a chegar a casa depois de um dia de trabalho é demasiado grande, sendo que muitas vezes tem que sair mais cedo para poder ter acesso aos últimos transportes para casa.

Arular e Kala vivem num apartamento em Belém, e também têm vontade de se mudar “mais para o centro”. Ao iniciar a procura de uma casa, Arular encontra um apartamento com boas condições, “no centro”, embora seja um pouco grande para apenas a sua família. Devido à solidificação da rede de contactos e especialmente o estreitamento da ligação entre Sita e Kala, os dois casais decidem alugar conjuntamente o mesmo apartamento. Tratando-se de um duplex, os casais mudam-se para esta casa, ocupando Kala o piso superior e Sita o inferior. As casas encontram-se ligadas por uma escadaria, embora tenham duas portas de acesso independentes. Tem um pequeno jardim interior.

Sita soube que queria viver naquela casa desde o primeiro dia que a viu. Ao começar a subir a rua:

Cheirou-me a flores de jasmim, como aquelas que punha todos os dias na cabeça. Na minha casa havia uma árvore dessas flores. Todos os dias de manhã eu tirava algumas e cosia-as de forma a fazer um pequeno laço com elas, colocando-o no cabelo.

A nova casa de Sita tem dois quartos, uma sala, uma cozinha, uma casa-de-banho e uma despensa. O seu quarto dá acesso a um pequeno quarto interior, onde coloca os brinquedos de Kusha entre outras coisas. Kusha dorme na mesma divisão, num pequeno berço acoplado à cama dos progenitores. Muito embora o subsídio da Santa Casa tenha um valor máximo de 400 €, Sita e Rama decidem prosseguir com o

aluguer daquela casa. Mesmo que tenham que pagar a suas expensas a diferença - já que o aluguer desta casa é quase 50 € superior ao valor do subsídio recebido.

O respeito por algumas condições impostas pela Santa Casa da Misericórdia é condição *sine qua non* para que possam receber esta subvenção. Essas imposições definem especificamente quais deverão ser as condições de habitação tidas como “dignas” do ponto de vista da instituição – neste caso, a exigência de um apartamento T2 para um casal com um filho.

As instituições criam regras e normas à partida para promover o bem-estar e em benefício de certas populações, mas muitas vezes acabam criando desvantagens e constrangimentos regulando esferas da vida privada dos indivíduos. Tal como previa Foucault quando falava de *governamentalidade*:

the institutions, procedures, analysis and reflections, the calculations and tactics that allow the exercise of... power. (Foucault, 1991:102)

O corpo de regras canaliza poder e autoridade, regulamentando a conduta, através das tecnologias do “bio-poder”. Aqui não seria tanto a nível do controlo do corpo individual, mas sim através do controlo de uma população inteira, neste caso os requerentes de asilo, já que nenhum aspecto da vida das pessoas se encontra livre do conhecimento especializado e do controlo (Foucault, 1979).

Se por um lado os indivíduos são obrigados a respeitar os procedimentos burocráticos e o corpo de leis que as instituições sociais tendem a regular, a verdade é que os indivíduos não aceitam sem questionamento todas essas regras. As pessoas são levadas a resistir, a desafiar, acabando mesmo por contornar e alterar o sistema: no caso deste casal o aluguer de um dos quartos da casa é, por exemplo, uma possível solução para fazer face ao preço da renda. Assim, para efeitos das instituições têm uma casa com dois quartos, como pretendia a SCML, sendo que na realidade, o outro quarto é alugado a um requerente de asilo tamil, um jovem de 22 anos, chamado Krishnan.

Após ter recebido a autorização de residência por razões humanitárias, a procura de casa para Krishnan não se revelou problemática. Havia acordado com Sita e Rama o valor mensal a pagar que corresponderia ao aluguer do quarto bem como a todas as refeições do dia, cozinhadas por Sita. Enquanto não arranja trabalho – ou seja, enquanto espera que a vaga prometida para desempenhar funções no mesmo

restaurante onde trabalha Rama seja disponibilizada, Krishnan mantém-se em casa, assistindo a filmes tameses e navegando na internet, passando o tempo que se faz lento lendo os vários jornais diários tameses no portátil que o seu irmão, que trabalha numa empresa de informática perto de Barcelona lhe enviou por correio.

Quando Kusha completa os seis meses de idade, já Kala se encontra grávida de seis meses. A presença próxima das duas mulheres reflecte aspectos de entreaajuda, expressos no deambular pela(s) casa(s) como se de apenas uma casa se tratasse. A presença de Krishnan em casa não inibe estas mulheres, já que Krishnan é como se fosse o irmão mais novo de ambas, é por *aka* que a elas se dirige. Muito embora Kala tenha a mesma idade de Krishnan, o estatuto de mulher casada confere-lhe esse epíteto de respeito.

Como pude verificar, emergiam estratégias de obtenção de trabalho através da constituição de redes pessoais e informais, representando uma certa independência em relação às estruturas oficiais. Na verdade, a dependência nessas estruturas jamais permitiria a obtenção de um trabalho tão rapidamente. Se Rama havia conseguido o trabalho através de Arular (que já havia colocado Srinivas primeiramente), agora era a vez de Rama interceder por Krishnan que, pouco mais tarde, começaria também a trabalhar no mesmo restaurante.

Rama trabalha cinco dias, descansando dois por semana. O restaurante onde trabalha é do mesmo proprietário do restaurante onde Arular é chef, sendo que o restaurante de Rama é de comida italiana e o de Arular de comida de fusão, criada “por dois empresários que partilham uma enorme paixão pela cozinha asiática”.

Pago à hora de trabalho, primeiro começou por fazer cerca de 5 horas diárias, mas rapidamente o horário foi alargando, chegando a trabalhar doze horas por dia. O dinheiro auferido, apesar de não ser muito, permite um relativo bem-estar à família, já que as despesas são muitas. A depender somente do subsídio recebido por parte da Santa Casa da Misericórdia, o dinheiro não chegaria para todos os gastos que esta família tem de suportar.

Enquanto o dinheiro da subvenção da Santa Casa da Misericórdia chega via correio (através de um cheque), o salário de Rama é depositado na conta bancária. Essa foi, de resto, uma das razões que levou o casal a procurar os serviços de um banco. No entanto, e como nos demonstra o estudo realizado por Dias, et al. (2009), o acesso dos

imigrantes aos serviços e produtos bancários apresenta muitos constrangimentos. Para Rama e Sita a simples abertura de uma conta num banco revelou-se uma situação complicada já que o facto de terem uma autorização provisória representava para o banco a falta de condições mínimas ou a falta de “estabilidade necessária ao início de uma relação bancária” (Dias et al., 2009:26) Sita e Rama conseguiram abrir uma conta num banco perto do CAR, bastante básica - uma conta ordenado com um cartão multibanco.

O acesso a um cartão de crédito representaria a possibilidade de aquisição de uma série de bens que se tornam importantes para este casal, que depois de ter uma casa sentem a necessidade de adquirir outros objectos, por exemplo electrodomésticos que permitiriam uma primeira “integração” ao fazê-los sentir-se incluídos na sociedade de consumo. Mas a obtenção de um cartão de crédito não se revelou nada fácil, tendo o seu acesso sido possibilitado apenas após o início da recepção dos pagamentos dos salários de Rama via transferência bancária.

Para além da forma institucional veiculada através dos sistemas bancários, a participação numa rede informal de crédito representava para esta família uma estratégia para conseguir obter uma quantia de dinheiro relevante, superior ao valor do crédito concedido pelo banco.

Este tipo de sistema que ficou conhecido como ROSCA, sigla para Rotating Savings and Credit Association foi estudado largamente por antropólogos, sociólogos bem como por economistas (e.g. Geertz 1964, Ardener 1962). Trata-se de um sistema bastante universal de um tipo de organização informal de um grupo de pessoas, familiares ou não, que se juntam durante um determinado período de tempo (bastante limitado) com o propósito de poupar e de emprestar dinheiro entre si. Apesar de haver uma grande variação de ROSCA's podendo metamorfosear-se em sistemas bastante complexos de financiamento, à partida, são

an association formed upon a core of participants who agree to make regular contributions to a fund, which is given, in full or part, to each contributor in rotation. (Ardener, 1964:201 citado em Biggart, 2001:133).

Clifford Geertz (1962) estudou as várias formas de rotatividade de créditos na China, no Japão e no Vietname. Apesar de serem diferentes em determinadas facetas, todos

eles permitiam um grande leque de benefícios sociais e económicos, razão pela qual são tão recorrentes nesses contextos. Uma combinação entre métodos tradicionais e modernos respondem às necessidades económicas e sociais dos participantes, funcionando como um meio de crédito.

Rama forma parte de uma *chitty*, termo tamil para ROSCA, que significa pequeno pedaço de papel escrito ou de folha de palmeira, já que era normalmente dado a cada um dos participantes um pedaço de papel com um determinado número, sendo esse número que determinava a ordem pela qual cada um dos participantes iria receber. Ora vejamos: Rama faz parte de uma *chitty* juntamente com mais onze pessoas. Neste grupo de doze, dez são do Sri Lanka e dois são bangladeshis (trabalham no mesmo restaurante que Rama). Cada um dos indivíduos coloca 250€ mensais, sendo que cada mês é dado a cada uma das pessoas o valor total de 3000€. Para que funcione, e de modo a correr-se os mínimos riscos, as pessoas tendem a agrupar-se baseadas em laços familiares ou solidariedade fortes, selados por um sentimento de confiança: “É o que Portes designa de “*confiança exigível*” (Portes, 1999), que, para além de ser um recurso exclusivamente comunitário, no sentido em que está vedado a todos aqueles que lhe são exteriores (Pang, 2000), é, também, um mecanismo que permite que as transacções, as concessões e as ofertas, entre membros da mesma comunidade, se efectuem na certeza de que não é possível, ao sujeito, esquivar-se ao seu pagamento.” (Mapril 2001: 35)

O dinheiro do subsídio juntamente com o salário de Rama serve na economia doméstica para pagar a renda, as contas e alimentação, ou seja, supre as necessidades básicas, sendo uma parte canalizada como remessas para os pais que ficaram na Índia. O facto de haver tantas despesas obrigatórias mensalmente, reduz grandemente o poder de aquisição doméstico. Por isso, é com o dinheiro da *chitty* que Sita e Rama adquirem alguns bens que permitam transparecer um bom nível de vida aos seus olhos e também aos olhos dos seus pares. Embora seja muito importante estar integrado numa teia de relações transnacionais baseada na confiança e no compromisso moral, torna-se também importante ter um determinado estilo de vida perante os pares.

É também necessário haver uma auto-imagem enquanto sujeitos modernos e os objectos servem de certa forma como um modo de reificação de que todo o esforço empreendido para chegar à Europa valeu a pena.

O consumo é central para os migrantes e permite a reinvenção dos mesmos. Os bens que se têm em casa envolvem a imaginação sobre os lugares onde se encontram, incorporando um tipo de modernidade que uma suposta ideia de Europa veicula.

Just as the display of suitably authentic 'ethnic' artifacts in the homes of middle-class Europeans indicates that their owners have enjoyed interesting and exotic experiences amongst the 'traditional peoples of the Third World', so the display of particular sorts of goods from Europe or the Gulf in South Asia indicates that their owners have been in close contact with places perceived as modern and cosmopolitan. (Gardner, Osella, 2003:13).

Assim, artigos como um sofá e uma mesa de jantar bem como uma grande televisão, uma boa máquina fotográfica e um portátil foram sendo listados como bens a adquirir por esta família. Ao contrário de outras populações, como por exemplo os bangladeshianos em Lisboa, entre os quais o dinheiro é empregue para investir, por exemplo, em negócios ou para o repatriamento de corpos de volta para o Bangladesh (Mapril, 2008) neste caso, e até à finalização do trabalho de campo, encontrava-se associado apenas ao consumo.

Os consumos desta família mais do que impostos pela sociedade de acolhimento, começaram a surgir como necessidades sentidas numa esfera mais próxima, desde o “andar de cima”.

No que concerne aos consumos mediáticos, Sita sente-se impelida pelos consumos de Kala. Ambas moldam formas de consumo e apelam à modernidade de formas diferentes. Se por um lado Sita possa ser mais moderna na forma como se veste, incorporando no seu vestuário elementos ocidentais como calças de ganga, por outro lado, e no que respeita os objectos domésticos, a casa de Kala é tida como um modelo a seguir. Se depois de Kala ter adquirido uma grande televisão com uma antena parabólica que permitia aceder a toda uma panóplia de canais incluindo os canais tameses, Sita, pouco tempo depois também sentiu a necessidade de adquirir uma grande televisão: embora não tivesse instalado uma antena parabólica, a aquisição de uma grande televisão mesmo que paga em prestações aparece como um bem imprescindível, tal como nos dizia o correspondente do New York Times Barry Bearak:

*the east is east, the west is west and this is where (at the television set) the twain have met.*⁴⁰

A relação entre Sita e Kala veicula laços de solidariedade, mas também padrões de consumo e de comportamento nesta nova sociedade. Talvez por isso, sejam comuns os recorrentes “get together” no jardim, juntando assim os vários elementos desta todavia pequena comunidade. Todos são homens, exceptuando estas duas mulheres - elas não participam no encontro, acabando por cozinhar para eles, recuperando o papel de mulher “tradicional” retirando-se para o espaço privado de um dos quartos, normalmente em casa de Sita.

4.3. LIGAÇÕES TRANSNACIONAIS

Depois de termos visto como Sita e Rama começaram a criar uma rede dentro do CAR, juntamente com outros requerentes de asilo e posteriormente fora, numa “comunidade”, segue-se então a apresentação das redes transnacionais nas quais se inserem estes indivíduos.

4.3.1. Diáspora / Novas tecnologias

O dia em que se celebra o Annaprasana⁴¹ de Kúsha revela-se uma grande festa, com a presença de muitos amigos, quando “aos seis meses faz-se a festa da comida do arroz, normalmente quando a criança até já tem um dente”.

Trata-se da primeira comida sólida do bebé, em que se come pela primeira vez a comida cozinhada em casa e não só leite materno, como até então. É uma forma de entrada na sociedade, selada com o consumo de arroz como primeira comida:

⁴⁰ In Barry Bearak, “Many, Many in India want to be a Millionaire,” New York Times (August 30, 2000): A1 in Moorti, Imaginary Homes, Transplanted Traditions: The Transnational Optic and the Production of Tradition in Indian Television.

⁴¹ Annaprasana é um rito de passagem hindu, no qual é dado à criança a sua primeira comida sólida. Normalmente arroz com leite e açúcar, sendo que etimologicamente é isso que significa, sendo anna = arroz, e prasana= tomar, comer (tradução do sânscrito). Realiza-se entre o sexto e o sétimo mês da criança.

Sita e Rama realizam a cerimónia convidando e juntando, em toda a regra, um grande número de amigos. A maior parte são pessoas do CAR, umas já chegadas há algum tempo e outras mais recentemente. Encontram-se algumas pessoas de outras origens, com quem este casal conviveu mais de perto durante a sua passagem pelo CAR. Estão P., D., e S., a família iraniana, T. e V. dois rapazes da Eritreia, e T. do Zimbabwe. Falam das suas vidas e contam as novidades: “foi-me concedido o visto de 4 meses”, “estou à procura de casa” e partilham as dificuldades da aprendizagem do português e a apreensão que o não dominar a língua representa: sem português a tarefa de arranjar um trabalho torna-se muito mais complicada. Mas a grande maioria dos presentes na festa eram cingaleses e tameses do Sri Lanka, podendo-se mesmo dizer todos os que vivem em Lisboa. Sita e Rama estão muito felizes e apresentam-me a sua cunhada que veio de Londres para assistir à cerimónia de Kusha. É a única familiar presente.

(excerto do diário de campo, 17 de Março 2010)

Meenakshi é a cunhada de Sita, casada com o “irmão do meio” de Rama. Fazendo parte da comunidade diaspórica tamil em Londres (apesar de ter nascido no Sri Lanka, Meenakshi veio para Londres com pouco mais de um ano). Chegou durante os anos 80 aquando da primeira vaga de requerentes de asilo tameses do Sri Lanka chegados ao Reino Unido.

A diáspora evoca necessariamente a metáfora da viagem: o atravessar de fronteiras, os deslocamentos, o cruzar de espaços/tempos. Embora o termo tenha sido usado originalmente para descrever o movimento de judeus, foi também sendo usado em contextos mais secularizados, como por exemplo, na descrição de populações migrantes, quer voluntárias ou involuntárias.

Através das músicas por exemplo, percebe-se o sucesso que o nacionalismo tamil revolucionário tem nestes grupos: Sita assiste, durante horas no Youtube, a músicas tameses como por exemplo as dedicadas a Anton Balasingham⁴², o herói morto em 2006.

⁴² Anton Balasingham (1938-2006) era um cidadão britânico de origem tamil do Sri Lanka, que por mais de trinta anos fez parte da LTTE (Liberation Tigers of Tamil Eelam), sendo o estratega político e negociador principal da organização separatista tamil.

A família emerge como o horizonte moral, ético e político de interesse nacional e cultural, e por isso sempre vulnerável. É através da família que os seus membros podem negociar as suas relações uns com os outros numa primeira instância, mas que consequentemente será a negociação de uma relação (à distância) com a sua nação cultural.

Nas ciências sociais já muito foi escrito sobre as complexidades das relações dos migrantes com o país de origem, nomeadamente em contextos de transnacionalismo e experiências migratórias dispersas. Questões relativas ao deslocamento, integração e posicionamento destes migrantes ocupam um lugar central nesses debates. Fazendo o cruzamento com as discussões sobre as formas criativas de redefinição das pessoas, que têm que arranjar estratégias para responder às necessidades materiais mas também emocionais não somente de si mesmos como também das pessoas das quais se encontram separadas.

Sita mostra-me a foto do casamento do irmão de Rama com Meenakshi. Na primeira foto podemos ver o casal recém-casado com os pais do noivo do lado. Pergunto-lhe se não me tinha dito que o pai de Rama já havia morrido? “há mais ou menos quinze anos”, retorquiu Sita. Na segunda foto temos novamente o casal com os pais do noivo mas também estão Sita e Rama. Estes não estiveram presentes no casamento: tinham acabado de chegar a Portugal. O Photoshop como ferramenta para aproximar pessoas que por contingências da vida não puderam estar presentes em momentos de tamanha importância como um casamento.

(excerto do diário de campo, Fevereiro de 2010)

As fotografias servem como poderosas ferramentas de construção de uma identidade familiar em *trânsito* podendo, dentro do marco de uma fotografia incluir pessoas espalhadas pelo mundo. A migração como viabilidade em termos familiares, a longo prazo, expressa instantaneamente numa fotografia. Ao mesmo tempo que serve para recordar um momento passado, permite a reconstrução de um momento que será o futuro, que se quer próximo: quando as circunstâncias da vida permitam a reunião familiar.

Os novos *media* e os desenvolvimentos recentes introduziram grandes mudanças na forma como as pessoas que estão separadas geograficamente comunicam.

Desde o uso generalizado dos telemóveis e dos cartões telefónicos, à utilização do Facebook, do Twitter e ao Skype, estes migrantes estão sempre em contacto, não apenas com os seus familiares na Índia e no Sri Lanka mas também em outras partes do mundo. Também em casa de Sita os *media* transformam as clássicas estratégias de expressão e de manutenção de ligações e de contactos numa rede de contextos migratórios diversos. Para além dos contactos com a sogra via telefone cerca de duas a três vezes por semana, o contacto com os irmãos de Rama é diário. A existência de pacotes telefónicos que permitem, por exemplo, efectuar chamadas gratuitamente entre telefones fixos para países da União Europeia, permite a fácil manutenção de contacto. Mas é no âmbito de programas como o Skype que esta família escolhe como o meio de comunicação privilegiado: para além do acesso à voz, o facto de haver um acesso via câmara faz com que o contacto pareça mais real. Momentos como por exemplo os primeiros passos da sobrinha puderam ser partilhados com os tios em Londres.

É dessa forma que se podem verificar as relações de pertença e de emoções entre famílias transnacionais e perceber-se os impactos que estas relações mesmo que à distância conferem modelos aos relacionamentos em termos de género, em relação ao ascendentes (pais) e mais latamente nas fronteiras da comunidade.

4.3.2. Teoria das migrações / remessas

Os fenómenos migratórios, a nível macro, são abordados com o intuito de explicar os movimentos, como iniciam, que direcção tomam, como se desenvolvem e quando acabam, bem como o papel desempenhado pela expansão capitalista a nível global no desencadear e na regulação de fluxos migratórios. Por outro lado, a nível micro, servem para explicar as motivações individuais ou decisões familiares do ponto de vista das pessoas que emigram, já que o mecanismo de base para a emigração é individual, baseado numa escolha racional, individual e subjectiva.

Contrariando a visão mais racionalista dos modelos neoclássicos da migração – mais preocupados com as causas da migração, temos uma outra abordagem na qual as decisões migratórias são tomadas não por actores isolados mas por grupos maiores de indivíduos relacionados entre si – normalmente de tipo familiar. Como nos refere Massey (1997) citado em Sasaki & Assis (2000) sobre a visão limitada das teorias neoclássicas:

... a unidade de análise não seria o indivíduo autônomo mas sim, as famílias, domicílios ou outras unidades de produção e consumo culturalmente definidas; o diferencial de renda não é uma condição necessária para ocorrer a migração internacional, uma vez que podem contar com incentivos para diversificar os riscos através das redes sociais; a migração internacional, emprego e produção local não são possibilidades mutuamente exclusivas; as políticas governamentais ocasionam mudanças econômicas que afetam a distribuição de renda podendo influenciar a migração internacional independente de seus efeitos sobre a renda. In (Sasaki & Assis, 2000:7)

Ou seja, este tipo de teorias, a denominada nova economia das migrações, ao contrário das teorias neoclássicas, daria uma maior relevância às redes sociais no interior dos grupos, sendo o processo migratório sustentado a partir dessas redes⁴³ migratórias. A observação de tais redes permitem-nos perceber como uma comunidade pode existir para além das fronteiras de um Estado-Nação. Começando num nível de sociabilidade próxima como o que seria uma família, é perceptível como os actos de um dos membros num dos lados da fronteira tem repercussões na vida dos membros que estão do outro lado. Nesse sentido, as remessas poderão ser vistas como um exemplo a referir.

As remessas dos migrantes têm sido largamente estudadas no âmbito das teorias do desenvolvimento bem como sendo um dos aspectos centrais da migração. Há uma ligação entre as remessas enquanto actividade moderna e transnacional e um dos temas mais clássicos da antropologia – a reciprocidade. Ao olhar novamente para uma das áreas mais caras outrora na antropologia – a troca cerimonial de presentes nas ditas sociedades tradicionais- podemos perceber o que está em causa para estes indivíduos como Sita e Rama que, voluntariamente se encontram conectados nestes fluxos transnacionais de comunicação, de consumo e de reciprocidade.

De facto, pouca atenção tem sido dada à questão do envio de remessas do ponto de vista moral e do seu papel enquanto “dádiva”, como um *facto social total* à la Mauss (1925), agindo sobre os vários níveis da realidade social. De acordo com *The Gift*, a reciprocidade era o que mantinha os indivíduos e os grupos juntos, sendo um dos aspectos fundamentais da vida social, baseado numa relação de compromisso, confiança

⁴³ Assim, nesta abordagem as decisões relativas à migração não são feitas isoladamente por cada indivíduo, mas essencialmente por famílias ou agregados familiares.

e de estabilidade. Ou seja, através de uma relação em que há interações recorrentes entre os indivíduos. Esta ideia de remessas como não sendo apenas de cariz económico foi também cunhada por Peggy Levitt (2001), ao falar de *remessas sociais*. Estas remessas podiam ser de quatro tipos: normas, práticas, identidades e capital social. A sua circulação faz-se de várias formas: 1) quando os migrantes regressam a casa ou ao visitar o local de origem; 2) quando os que não migraram vêm visitar os familiares migrados nos países de acolhimento; 3) através de cartas, vídeos, emails, blogs, contactos telefónicos, sendo a Internet e a televisão um veículo importante na transmissão destas remessas sociais.

Também as remessas exprimem qualidades instrumentais como as dádivas maussianas, já que podendo ser de vários tipos, a transacção económica é apenas um dos vários elementos que a constitui. Teoricamente voluntárias, na prática são obrigatórias na medida em que as falhas no processo significam sanções para os indivíduos.

Compreende-se assim que seja uma preocupação para Sita e Rama o envio de dinheiro para membros da família em necessidade. Mesmo que tenham sido os mais recentes membros a chegar à Europa, logo, estando à partida numa fase inicial de integração e de maiores dificuldades económicas, vêm-se obrigados a enviar o que podem para o irmão de Rama que está em Londres há muitíssimos mais anos, mas que se encontra num momento crítico no negócio: “Se não formos nós a ajudar quem ajudará? Ele também já nos deu muito dinheiro...” diz Sita.

Também o envio de dinheiro para casa dos pais, nomeadamente para a mãe de Ram que continua na Índia, é uma preocupação constante. No entanto, enviadas as remessas chegam também os presentes. Normalmente alimentos ou objectos que não existem à venda em Portugal, como por exemplo algumas especiarias preparadas em casa, ou objectos de cozinha indispensáveis para preparar a refeição especial *idiyappam*.⁴⁴

⁴⁴ Trata-se de uma espécie de noodles feitos com farinha de arroz, água quente, sal e ghee. A comida é, como dizia Purnima Mankekar (2002), uma das maneiras de manter a tradição. Este estudo demonstra também de uma maneira muito interessante o papel das mercearias indianas para os imigrantes. Para além da comida vendida, é o sítio ideal para obtenção de informações diversas, como por exemplo, informações relacionadas com casas para alugar ou mesmo empregos.

Mas sobretudo, e desde o nascimento da neta, uma série de roupas tradicionais indianas para serem utilizadas na festa de aniversário (a bebé vestiu 8 conjuntos diferentes no seu primeiro aniversário!).

Como podemos verificar, mesmo em redes desterritorializadas o compromisso moral nas relações e a pressão para se fazer o que é suposto continuam a ter um papel preponderante, (re)produzindo comunidades morais desterritorializadas através das reciprocidades transnacionais. Ou, como nos diz Bowman (2000), nos processos de construção de uma *'homeland' from a position outside its borders*.

Noutro contexto, Muhammad Anwar (1995) demonstrou, no caso dos paquistaneses em Inglaterra, que as estruturas de parentesco, sob a forma de "redes de parentesco" (*biraderi*) assumem um papel crucial na integração destes imigrantes na sociedade de acolhimento. É com base nelas que os paquistaneses obtêm emprego, alojamento, ajuda, informações e etc. No caso de requerentes de asilo como Sita e Rama que não têm nenhum contacto estabelecido em Portugal, tendo a sua permanência no país sido completamente incidental, apercebemo-nos que as primeiras redes começaram dentro do CAR, nos primeiros meses de estada.

Após a saída do CAR, são as conexões com os co-étnicos que passam a ter uma grande relevância, não menosprezando as relações transnacionais que são sobretudo familiares e, desde o início do processo de saída, se mantêm constantes, como iremos verificar de seguida.

5. CONCLUSÃO

“...in the twenty-first century, the border is not just a line on the earth anymore. It’s so much more than that. It’s about status. It’s about opportunity. Sure, you’re either inside or outside, but you can be on the inside and still be outside, right? Or on the outside looking in. Anyway, like we say in one of our slides, ‘the border is everywhere. The border,’ and this is key, ‘is in your mind.’”

In Hari Kunzru. *Transmission* (Dutton, 2004, New York, p. 235)

Ciente da pouca visibilidade que os requerentes de asilo têm no contexto do tecido social português visto não possuírem, na prática, uma identidade que os torne socialmente reconhecidos, o presente estudo teve a intenção de apresentar um retrato das motivações, bem como do percurso migratório de um casal de requerentes de asilo. Nesse sentido, espero ter ajudado a iluminar um pouco o conhecimento sobre o que implica ser requerente de asilo em Portugal: apesar de não ter sido o meu objectivo demonstrar e explicar todas as instituições que mais ou menos directamente lidam com as várias questões que a eles concernem, tentei dar alguns exemplos e situações que poderão focar a relação que as pessoas mantêm com as instituições, sempre do ponto de vista dos sujeitos.

Malkki (1996) citando Barthes (1980) refere que

Refugees stop being specific persons and be-come pure victims in general: universal man, universal woman, universal child, and, taken together, universal family. (Malkki, 1996).

Ora, nesta dissertação o meu objectivo foi precisamente o contrário, ou seja, pretendi mostrar o ponto de vista mais individualizado dentro da categoria lata dos requerentes de asilo, ao centrar-me na história de um casal específico.

Como referia Gamburd em relação à migração laboral das mulheres cingalesas no Médio Oriente:

Government institutions and private agencies direct the movement of workers. Medical examinations classify the bodies of female migrants while bio-data forms categorize women according to their religious affiliations, experience, appearance and skills. Participants in the system view these techniques of control, surveillance, regulation,

and administration as normal and unremarkable aspects of labour migration. (Gamburd, 2001:63).

Também Sita e Rama foram “classificados” desde a chegada a Portugal. Na verdade, a sua classificação começou antes mesmo, ainda no Sri Lanka, enquanto esperavam por um visto em Colombo. Os seus movimentos foram controlados por todos os polícias de fronteira pelos quais passaram, até chegarem aos de Portugal. Depois do SEF, é a vez de outras instituições os catalogarem: o CPR, os serviços de saúde, a Santa Casa da Misericórdia.

A integração começa dentro do CAR, o que não significa a existência de uma integração na sociedade portuguesa. Como nos diz Muller (2008),

‘Migrant integration into a new land and transnational connections to a homeland or dispersed networks of family, compatriots, or persons who share a religious or ethnic identity can occur at the same time and reinforce one another’ (Levitt and Glick Schiller 2004: 1003), they can also contradict one another. (Muller, 2008, 390).

A ausência de conhecimento/reconhecimento por parte da sociedade portuguesa sobre o que implica ser refugiado ou requerente de asilo denota ainda uma outra realidade muito mais significativa, em termos da dificuldade de inclusão dos mesmos, que é a quase inexistência de redes sociais ou familiares de apoio. Um outro aspecto deve ainda ser tomado em conta, ainda que no caso de Sita e Rama não seja uma questão muito relevante - enquanto os imigrantes documentados podem voluntariamente regressar ao seu país, sempre que o desejarem, uma característica inerente à condição de refugiado é que esse regresso é impossível, a curto e a médio prazo, a menos que se modifiquem as condições políticas na origem, o que é, na maior parte dos casos, altamente improvável durante um longo período de tempo.

A relação que Sita e Rama têm com Kala e o marido é de extrema importância, podendo condensar numa só instância, os três tipos de suporte que Muller (2008) utiliza para descrever as relações de reciprocidade que os requerentes de asilo na Holanda manifestavam com os elementos da família que ficaram nos países de origem. Os três apoios seriam de tipo 1) **prático**, ou seja, ajuda na solução de problemas como o nome indica, práticos: informações, alguma ajuda a nível de dinheiro na base de pequenos empréstimos; 2) **social** no sentido em que o contacto social entre as duas famílias

permite a ambas um bem-estar psicossocial, importantíssimo num contexto em que o factor do desconhecimento da língua não permite, entre outros, uma socialização efectiva com a sociedade de acolhimento e por fim, 3) **cultural** que possibilita a manutenção de uma identidade cultural de grupo, no caso ser-se *tamil* e *cingalês* através da partilha de rituais e práticas tradicionais (seja na ida ao templo, na confecção da comida ou nas tardes passadas a ver canais de televisão tameses).

No entanto, apesar destas redes locais que não se resumem à família de Kala mas se alastram a mais alguns indivíduos, a relação com os familiares num espaço transnacional mantém-se activa quer através das remessas quer através da comunicação.

Desde a manutenção de uma casa com todos os custos básicos implicados até aos cuidados que uma criança requer, são muitas as despesas que Sita e Rama têm de suportar. Essas despesas implicam um balanço quase quotidiano na negociação das prioridades. Uma delas é, como vimos, a preocupação com as remessas para os familiares (Al-Ali et al 2001, Al-Ali 2002, Mazzucatto 2005)⁴⁵, não sendo de menosprezar os gastos com as comunicações, quer seja através dos cartões telefónicos com os pais que se encontram na Índia ou através da internet, com os irmãos que estão em Inglaterra, por exemplo.

No que respeita as remessas, propus a sua apresentação enquanto uma forma de relação social em que se dá, se recebe e se retribui; poderíamos também falar daquilo que Sahlins (1974) chamou de “reciprocidade generalizada”, na qual se dá mesmo sem que necessariamente isso implique a reciprocidade imediata. Mesmo que as remessas representem algum grau de auto-sacrifício na economia frágil do casal, o interesse é colocado no bem-estar familiar e não individual. Outra perspectiva que, afastando-se da tónica do altruísmo a coloca no adiamento da retribuição tem como argumento central a questão do tempo em que os favores podem ser reciprocados (Staring 2001 in Muller 2008). Esta posição mantém uma bidireccionalidade no acto de dar: dá-se com a expectativa de um dia receber. Podemos sob este prisma compreender a ajuda prestada ao irmão mais velho de Ram: todo o processo da viagem do casal até a chegada à Europa não teria sido possível sem o seu apoio e agora é a vez deles de retribuir.

⁴⁵ Al-Ali (2001) para refugiados bósnios no Reino Unido e na Holanda bem como refugiados eritreus no Reino Unido e na Alemanha; Al-Ali (2002) para refugiados bósnios no Reino Unido; Mazzucatto (2005) para refugiado Ghana na Holanda.

O estudo das migrações levanta desde logo problemas metodológicos ao tentar separar “migrações forçadas” dos migrantes na sua generalidade. Segundo Turton (2003), a disjunção clara entre “migração forçada” e um outro tipo qualquer de migrantes torna-se pouco produtiva, na medida em que não é clara: como referia Castles (2003:17) ao cunhar ‘asylum-migration nexus’ explicitando a existência de razões variadas para a mobilidade humana. A multiplicidade de razões para a mobilidade dos migrantes e requerentes de asilo não permite discernir as motivações económicas das que têm a ver com os direitos humanos.

As famílias transnacionais mantêm uma ligação entre os elementos que permite o bem-estar colectivo; embora separados e dispersos por diferentes territórios os vários elementos vêm-se como dependentes entre si (Bryceson and Vuorela, 2002).

A história desta família poderá ser lida como uma narrativa transnacional, já que podemos encontrar o papel da imaginação em criar uma realidade social, em diálogo constante com os restantes membros da família. Segundo transnacionalismo, tal como visto por autores como Glick Schiller & Levitt (2004) ou Alejandro Portes (1997), também Sita e Rama podem ser percebidos, bem como as suas teias de socialização como emissores e ao mesmo tempo receptores de espaços que são conjuntamente desenhados enquanto processos globais. Não sendo de todo sujeitos passivos desses processos, para além da adaptação com que têm quotidianamente que lidar em termos de novos espaços – Portugal - também dependem de relações que cruzam as fronteiras nacionais.

Mas mesmo num local onde nada conhecem à partida, onde tudo é estranho ao olhar, onde a língua é impenetrável, encontram pontos de contacto com outras pessoas: muitos são requerentes de asilo mas também alguns migrantes laborais, de modo que uma pequena comunidade de cingaleses ganha forma. Se o telefone fixo, o telemóvel⁴⁶ e o Skype ajudam a manter o contacto com aqueles com quem se partilha laços familiares, é dentro dos contornos de uma pequena cidade como Lisboa que se constroem solidariedades que ajudam a suportar as distâncias.

⁴⁶ Num mundo global, em trânsito e transnacional, a ligação e o contacto entre o perto e o longe é imperativa e o telemóvel parece ter-se construído como instrumento central dentro deste quadro de necessidades e práticas (e.g. Basch e Al. 1994; Smith e Guarnizo 1998; Thompson e Bauer 2001; Vertovec 2004; Riak-Akuei 2005; Horst 2006; Wilding 2006, citados por Miller e Horst 2002, p.11)

6. BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO Grupo Imigração e Saúde; 2009: “Quando não existe uma segunda casa: Estudo sobre a Saúde dos Refugiados numa Perspectiva de Vulnerabilidade”.
- AGAMBEN, Giorgio, 1995, *We Refugees*, Symposium, Vol. 49.
- AGIER, Michel, 2002, *Aux bords du monde, les refugies*, Paris: Flammarion.
- ALWIS, Malathi de, 2002, *The Changing Role women in Sri Lankan Society in Social Research*, New York, Vol. 69, No. 3, pp.675-691.
- AL-ALI, N., 2002, “Loss of Status or New Opportunities? Gender Relations and Transnational Ties among Bosnian Refugees,” in BRYCESON, D. and VUORELA, *The Transnational Families in the Twenty-first Century*, U. (eds), Oxford, New York: Berg, pp. 83–102.
- AL-ALI, N., BLACK, R. and KOSER, K., 2001, “The Limits to Transnationalism: Bosnian and Eritrean Refugees in Europe as Emerging Transnational Communities,” *Ethnic and Racial Studies*, Vol. 24, No. 4, pp. 578–600.
- AMAL RAJ, Fr.C., 1997, “Sri Lankan Tamil refugees in India. Accords, people and UNHCR,” in BOSE, Tapan K. and RITA Manchanda, *States, Citizens and Outsiders. The Uprooted Peoples of South Asia*, Kathmandu: South Asia Forum for Human Rights. pp.:190-202.
- ANDERSON, B., 1983, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- APPIAH, Kwame Anthony, 2001, “Grounding Human Rights”, in IGNATIEFF, Michael, *Human Rights as Politics and Idolatry*, Princeton University Press, pp. 101-116.
- ARDENER, S., 1964, “The Comparative Study of Rotating Credit Associations.” *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 94 (2), pp. 201-229.
- ARDENER, Shirley, SANDRA Burman, 1995, *Money Go-Rounds: The Importance of Rotating Savings and Credit Associations for Women*. Berg Publications Limited, Oxford.
- ARMBRUSTER, Heidi, LAERKE, Anna, 2008, *Taking sides: ethics, politics and fieldwork in anthropology*. Berghahn Books.
- APPADURAI, A., 1997, “Disjuncture and difference in the global cultural economy”, in Appadurai, *Modernity at large: Cultural dimensions of globalization*, Delhi, Oxford University Press, pp.27-47,
- BABHA, H.,1994, *The location of culture*, London, Routledge.

- BALLARD, Roger, 2005, "Remittances and Economic Development in India and Pakistan" in MAIMBO, Samuel, RATHA, Dilip, *Remittances - Development Impact and Future Prospects*.
- BARTHES, Roland ,1980, *Mythologies*, New York: Hill and Wang.
- BASCH, L., GLICK-SCHILLER, N. and SZANTON Blanc, C., 1994, *Nations unbound: Transnational projects, post-colonial predicaments and deterritorialised nation states*, Amsterdam, Gordon and Breach.
- BASTIAMPILLAI, Bertram, 1996, "Sri Lankan Tamil Refugees in Tamil Nadu: Trouble to the Host," in MUNI, S.D. and LOK Raj Baral, *Refugees and Regional Security in South Asia.*, Delhi: Konark Publishers. pp. 194-218.
- BEHERA, Navnita Chadha ,2006, *Gender, conflict and migration*, SAGE.
- BENHABIB, Seyla, 2004, *The Rights of Others: Aliens, residents and citizens*, Cambridge University Press.
- BERTAUX, Daniel, 1988, *Les récits de vie : perspective ethnosociologique*, Paris: Editions Nathan.
- BIGGART, Nicole Woolsey, 2001, "Banking on each other: the situational logic of rotating savings and credit associations", in *Advances in Qualitative Organization Research*, Volume 3, pp. 129-153.
- BINDER, Susanne, TOSÎC, Jelena, 2005, "Refugees as a Particular Form of Transnational Migrations and Social Transformations: Socioanthropological and Gender Aspects" in *Current Sociology*, Vol. 53(4). SAGE Publications. Pp. 607–624.
- BOSE, Sumantra, 2007, *Contested Lands: Israel Palestine, Kashmir, Bosnia, Cyprus and Sri Lanka*, London England: Harvard University Press.
- BOURDIEU, Pierre, 1996, "A Ilusão Biográfica" in FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaina (orgs), *Usos e abusos da história Oral*, Rio de Janeiro: editora FGV, pp.183-191.
- BOWMAN, Glenn, 2002, "'Migrant Labour': Constructing Homeland in the Exilic Imagination" in *Anthropological Theory*. II: 4, pp. 447-468.
- BROWN, Karen Mccarthy, 1991, *Mama Lola: A Vodou Priestess in Brooklyn, Berkeley, Los Angeles and London*, University of California Press.
- BRUN, Cathrin, 2003, *Finding a Place: Local Integration and Protracted Displacement in Sri Lanka*, Dr Polit Thesis, Norwegian University of Science and Technology, Trondheim.
- BRYCESON, D. and VUORELA, U., 2002, *The Transnational Family: New European Frontiers and Global Networks*, Oxford and New York, Berg.
- CAMINO, Linda A., KRULFELD, Ruth M., 1994, *Reconstructing lives, recapturing meaning: refugee identity, gender, and culture change*, Routledge.

- CARSTEN, Janet, 2000, *Cultures of Relatedness, New Approaches to the Study of Kinship*, Cambridge University Press.
- CASTLES, S., 2003, "Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation," *Sociology*, 37 (1), pp. 13-34.
- CHAVES, Miguel, 1999, *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico. Marginalidade Económica e Dominação Simbólica em Lisboa*, colecção Estudos e Investigações, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CHAVES, Miguel, 2000, "Dar à fuga: comunidade e sujeito num contexto de narcotráfico" in *Análise Social*, vol. XXXIV (153), pp. 893-932.
- COOMARASWAMY, Radhika, 1987, "Myths without conscience: Tamil and Sinhalese Nationalistic Writings of 1980's", in *Facets of Ethnicity in Sri Lanka*, Colombo.
- COLSON, Elizabeth, 2003, "Forced Migration and the Anthropological Response" in *Journal of Refugee Studies*. Vol. 16, N° 1.
- DANIEL, Valentine, 1984, *Fluid Signs: Being a Person the Tamil Way*. Berkeley University of California Press.
- DENZIN, N., 1970, *Sociological Methods: a Sourcebook*, Londres, McGraw Hill.
- DIAS, Bruno et al., 2009, Acesso dos Imigrantes aos Serviços Bancários em Portugal. Observatório da Imigração, Estudos Observatório da Imigração; 36.
- ESTEVES, Maria do Céu (ed.), 1991, *Portugal: País de Imigração*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- FERRAROTI, Franco, 1983, *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*, Paris, Librairie Méridiens.
- FOUCAULT, Michel, 1977, *Discipline and Punish: the Birth of the Prison*, London: Allen Lane.
- FOUCAULT, Michel, 1991, "Governmentality" in BURCHELL, GORDON & MILLER (eds.), *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, pp. 87-104.
- FUGLERUD, Øivind, 1999, *Life on the Outside. The Tamil Diaspora and Long Distance Nationalism*, London, Pluto Press.
- GAMBURD, Michel Ruth, 2000, *The Kitchen Spoon's Handle: Transnationalism and Sri Lanka's Migrant Housemaids*, Cornell University Press, Ithaca.
- GARCIA, José Luís, 2000, *Portugal Migrante*, Oeiras: Celta.
- GARDNER, K., 1995, *Global migrants, local lives: Travel and transformation in rural Bangladesh*, Oxford, Oxford University Press.
- GARDNER, K., Osella, F., 2003, *Migration, modernity and social transformation in South Asia: An overview in Contributions to Indian Sociology* (n.s.) 37 1&2, SAGE Publications New Delhi/Thousand Oaks/London.

- GEERTZ, Clifford, 1962, *The Rotating Credit Association: A Middle Rung in Development. Economic Development and Cultural Change*, vol. 10, no. 3, pp. 249-54.
- GHOSH, B., 2006, *Migrants' Remittances and Development: Myths, Rhetoric and Realities*, International Organization for Migration (IOM), Geneva/The Hague Process on Refugees and Migration, The Hague.
- GODZIAK, Elzbieta M., SHANDY, Dianne J., 2002, "Rethinking Refuge and Displacement: Selected Papers on Refugees and Immigrants", Volume VIII, *American Anthropological Association*.
- GUNAWARDENA, R.A.L.H., 1985, 'The People of the Lion' Sinhala Consciousness in History and Histography in "Ethnicity and Social Change", Colombo.
- HAEX, Ellen, 2007, *Viver e Conviver*. Relatório de licenciatura não publicado, Lisboa.
- HAJDUKOWSKI-AHMED, Maroussia, KHANLOU, Nazilla, MOUSSA, Helene (eds.), 2008, *Not born a refugee woman: contesting identities, rethinking practices*, Berghahn Books.
- HALL, S., 1997, *Representation: Cultural representations and signifying practices*, London: Sage/Open University Publications.
- HANNERZ, Ulf, 1996, *Transnational Connections*. London: Routledge.
- HORST, Heather A. e MILLER, Daniel, 2007, "Introduction", "Possession" in *The Cell Phone: An Anthropology of Communication*. Berg: Oxford, New York. 2007. Pp. 1-18 e 59-80.
- IGNATIEFF, Michael, 2001, *Human Rights as Politics and Idolatry*, Princeton University Press.
- KAPFERER, Bruce, 1998, *Legends of People, Myths of State: violence, intolerance, and political culture in Sri Lanka and Australia*, Crawford House.
- KLONNER, Stefan, 2001, "Essays on Rotating Savings and Credit Associations", PhD Thesis.
- KING, Russel; LAZARIDIS, Gabriella, Tsardanidis Charalambos, 2000, *Eldorado Or Fortress? Migration in Southern Europe*, Palgrave Macmillan.
- KORAC, Maja, 2003, "Integration and how we facilitate it: A Comparative Study of the Settlement Experiences of Refugees in Italy and the Netherlands", *Sociology* 2003. Pp. 37- 51.
- LEVITT, Peggy, 1999, "Social Remittances: A Local-Level, Migration-Driven Form of Cultural Diffusion," *International Migration Review*, 32(124):926-949.
- LEVITT, Peggy, 2001, "Transnational villagers", Berkeley : University of California Press.
- LEVITT, P. and Glick Schiller, N., 2004 'Conceptualizing Simultaneity: A Transnational Social Field Perspective on Society,' *International Migration Review* 38 (3). Pp. 1002-39.

- LEWELLEN, Ted C., *The anthropology of globalization: Cultural Anthropology enters the 21st Century*, Bergin&Garvey.
- LEWIS, Oscar, 1961, *Os filhos de Sanchez*, Lisboa : Moraes Editores.
- MACHADO, Fernando Luís, 2002, *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta.
- MALKKI, Liisa H., 1995, *Purity and exile : violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago: The University of Chicago Press.
- MALKKI, Liisa H., 1996, Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization in Cultural Anthropology, Vol. 11, No. 3, pp. 377-404.
- MALKKI, Liisa H., 2002, “News from nowhere Mass displacement and globalized ‘problems of organization’” in SAGE Publications. Vol 3(3). Pp. 351–360.
- MAPRIL, José, 2001, *Os Chineses no Martim Moniz : oportunidades e redes sociais*.
- MAPRIL, José, 2008, “A "Modernidade" do sacrifício Qurban, lugares e circuitos transnacionais entre bangladeshis em Lisboa,” Tese de Doutoramento.
- MASSEY, Douglas et al., 1998, *Worlds in Motion: International Migration at the End of the Millennium*, Oxford: Oxford University Press.
- MAZZUCATO, V., 2005, “Ghanaian Migrants Double Engagement: A Transnational View of Development and Integration Policies,” (Global Migration Perspectives No. 48), Global Commission on International Migration, Geneva.
- MESSER, E., 1993, *Anthropology and Human Rights*, Annual Review of Anthropology, 22. Pp. 221-249.
- MOOLAKKATTU, John Stephen, 2005, “Peace Facilitation by Small States: Norway in Sri Lanka in Cooperation and Conflict”, *Journal of the Nordic International Studies Association* Vol. 40(4). Pp. 385–402.
- MOORTI, Sujata, 2007, *Imaginary Homes, Transplanted Traditions. The Transnational Optic and the Production of Tradition in Indian Television* in Journal of Creative Communications, Vol. 2, pp. 1-21.
- MORO, M. R., 2002, *Parents en exil. Psychopathologie et migrations*, Paris : PUF.
- MULLER, Paulien, 2008, *Connections and Disconnections: How Afghan Refugees in the Netherlands Maintain Transnational Family Relations in Gender Technology and Development*; 12; Pp. 389.
- PAUS, Nicolay, 2005, *Strained Fraternity: Identity Formations, Migration and Social Transformation among Sri Lankan tamils in Tamil Nadu, India*. Thesis submitted in partial fulfilment of the cand. Polit. Degree dept. of Social Anthropology University of Bergen.
- PIRES, Rui Pena, 2003, *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Lisboa, ISCTE.

- PORTES, Alejandro, 1997, *Globalization from below: the rise of transnational communities*, Princeton University.
- SAHLINS, M.D., 1974, *Stone Age Economics*, Aldine, Chicago.
- SANTINHO, Cristina, 2009, “Reconstruindo Memórias: jovens refugiados em Portugal”; in: *Revista Saúde e Sociedade*, 582 Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, pp.582-589.
- SANTINHO, Cristina, 2009, “Labirintos do Trauma : a verbalização do sofrimento nos refugiados em Portugal”, in *Os saberes da cura : antropologia da doença e práticas terapêuticas*, ed. Pereira, Luís Silva, Pussetti, Chiara. Lisboa : Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 113-151.
- SANTINHO, Cristina, 2009, “Refugiados e requerentes de asilo: abordagens antropológicas no campo da saúde física e mental” in Pussetti (coord.) *Migrantes e Saúde Mental – A construção da competência cultural*. OI 33. ACIDI.
- SASAKI, Elisa Massae, ASSIS, Gláucia de Oliveira, 2002, “Teorias das Migrações Internacionais”. Paper apresentado no XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambú.
- SAYAD, A., 1999, *La double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré*. Paris: Seuil.
- SOGUK, Nevzat, 1999, *States and Strangers: Refugees and Displacements of Statecraft*, Minneapolis: University of Minnesota Press (Borderlines Series, No. 11).
- SPENCER, Jonathan, 1990, *A Sinhala Village in a Time of Trouble*, Delhi, Oxford University Press.
- SPENCER, Jonathan, 2007, *Anthropology, Politics and the State: Democracy and violence in South Asia*, Cambridge University Press.
- SPENCER, Jonathan, 2003, “A nation ‘living in different places’: Notes on the impossible work of purification in postcolonial Sri Lanka” in Gardner, K., Osella, F., *Migration, modernity and social transformation in South Asia*. Contributions to Indian Sociology Occasional Studies 11, SAGE Publications New Delhi.
- SURYANARAYAN, V. and SUDARSEN V., 2000, *Between Fear and Hope: Sri Lankan Refugees in Tamil Nadu*, Chennai: T.R.Publications.
- TAMBIAH, Stanly Jeyaraja, 1986, *Sri Lanka: Ethnic Fratricide and the Dismantling of Democracy*, Chicago: The University of Chicago Press.
- TAMBIAH, Stanley Jeyaraja, 1997, *Leveling crowds: ethnonationalist conflicts and collective violence in South Asia*, Berkeley: University of California Press.
- THOMAS, W. I., ZNANIECKI, F., 1918, *The polish peasant in Europe and America*. Chicago, Univ. Illinois Press.

TURTON, David, 2003, “Refugees, forced resettlers and ‘other forced migrants’: towards a unitary study of forced migration” in *New Issues in Refugee Research Working Paper No. 94*.

ZIZEK, Slavoj, 2005, “Against Human Rights”, *New Left Review*, Nº34. Pp. 115-131.

VALLUY, J., 2009, *Rejet des exilés – le grand retournement du droit de l’asile*, Paris, Editions Du Croquant.

VAN HEAR, Nichols, 1998, *New Diasporas*. London, Routledge.

FONTES ELECTRÓNICAS

CPR, *Guia de Acolhimento e Integração dos Refugiados em Portugal. Perguntas frequentes sobre o direito de asilo*, [online] Acessível em <http://www.refugiados.net/gref/> [acedido no dia 10 de Janeiro de 2010]

ACNUR, *A Situação dos Refugiados no Mundo 2000 – 50 anos de acção humanitária*, [online] Acessível em (<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/sowr2000/prelims.pdf>) [acedido no dia 20 de Fevereiro de 2010]

ACNUR, *Manual de Procedimentos e Critérios para determinar o Estatuto de Refugiado*, [online] Acessível em <http://www.cidadevirtual.pt/cpr/legis/mpc-0.html> [acedido no dia 10 de Janeiro de 2010]

SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – SEF, 2008* [online] Acessível em http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/estatisticas/relatorios.aspx?id_linha=4265&menu_position=4141

[acedido no dia 10 de Agosto de 2010]